

2
3
4
5
6
7 Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, reuniu, pelas vinte horas, no
8 Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem**
9 **do Dia:**

10
11 **I – De acordo com a Lei n.º 76/2013, de 12 de setembro, a CME apresenta para deliberação**
12 **da AME os seguintes pontos:**

- 13 1. **Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2020;**
- 14 2. **Mapa de Pessoal para o Ano de 2020;**
- 15 3. **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2020;**
- 16 4. **Derrama para 2020;**
- 17 5. **Participação Variável no IRS para 2020;**
- 18 6. **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2020;**
- 19 7. **Regulamento da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de**
20 **Évora/Atualização de Valores para o ano de 2020;**
- 21 8. **Autorização Prévia para os Compromissos Plurianuais no ano de 2020, no Âmbito da**
22 **Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;**
- 23 9. **Contratação de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2020, para ocorrer**
24 **a dificuldades de tesouraria;**
- 25 10. **Alteração, por Adaptação, do Plano Diretor Municipal de Évora (PDME) por conta**
26 **da publicação da REN;**
- 27 11. **2ª Revisão do Orçamento (Despesa e Receita) e Opções do Plano/2019;**
- 28 12. **Plano Local de Habitação para o Concelho de Évora 2020/2026;**
- 29 13. **Estratégia Local de Habitação 2020/2026: Graves Carências Habitacionais;**
- 30 14. **Áreas de Reabilitação Urbana para o Concelho de Évora;**
- 31 15. **49ª Modificação dos Documentos Provisionais de 2019 (2019/2022);**
- 32 16. **Proposta de Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigente de Cargo de**
33 **Direção Intermédia de 2º Grau;**
- 34 17. **Celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano**
35 **de 2020;**
- 36 18. **Prorrogação do prazo de vigência dos Acordos de Execução com as Juntas/Uniões de**
37 **Freguesia para o ano de 2020;**
- 38 19. **DGAL/Alerta Precoce/Taxa de Execução da Receita Prevista no Orçamento inferior a**
39 **85% em dois anos consecutivos - 2017/2018 (para conhecimento);**
- 40 20. **Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como da**
41 **situação financeira do mesmo.**

42
43 Estiveram presentes os membros da Mesa:

44 **Presidente – Carlos Alberto Gião Reforço**

45 **1ª Secretária – Ana Luísa Bragança Boto**

46 **2º Secretário – Bruno Manuel dos Santos Martins**

47
48 Feita a chamada, verificaram-se as seguintes presenças: Ananias Quintano, José Figueira, Paulo
49 Correia (em substituição de Paulo Jaleco), Ana Beatriz Cardoso, Maria Clara Grácio, Joaquim
50 Condessa (em substituição de Silvino Costa), António Jara, Nuno Alas, Maria Elmina Lopes,
51 Frederico Carvalho, Carlos Cruz (em substituição de Jorge Silva), Adelino Fonseca, Ângela
52 Caeiro, Maria da Nazaré Lança, Jorge Lourido, João Simas, João Canha, Maria Antónia Boieiro,

1 Duarte Guerreiro (em substituição de Gertrudes Pastor), Isidro Lobo, José Russo, Jerónimo José,
2 António Maduro, José Piteira, Joaquim Pimpão, Manuel Recto, Florinda Russo, Luís Ramalho,
3 Lúcio Guerreiro e Nuno Cabrita.

4
5 A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Pinto de Sá, e pelos(as)
6 Vereadores(as) Sara Dimas Fernandes, Eduardo Luciano, Alexandre Varela, Elsa Teigão, João
7 Ricardo e António Costa da Silva.

9 PRIMEIRA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

10
11 Ao iniciar a sessão, o Sr. **Presidente da Assembleia** lembrou que os intervenientes teriam que
12 abordar assuntos fora do contexto da ordem do dia e perguntou se alguém queria intervir.

13
14 **A senhora Maria Helena Figueiredo** pediu a palavra para dar uma informação à Assembleia
15 Municipal e fazer também um agradecimento. É moradora no Centro Histórico e moveu uma ação
16 contra o Estado em razão de não lhe ter sido reconhecida a isenção ao pagamento de IMI, mas já
17 está a ser ressarcida pelo Estado que lhe está a devolver os IMI's indevidamente cobrados e
18 agradeceu à Assembleia a posição firme que ao longo dos anos foi tendo.

19
20 **O senhor Presidente** agradeceu a intervenção da munícipe e registou com muito agrado o facto
21 de as coisas terem corrido bem naquele caso.

22 De seguida deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que lhe tinha solicitado
23 antecipadamente para prestar alguns esclarecimentos.

24
25 **O senhor Presidente da Câmara** informou que solicitou a palavra para fazer uma proposta. em
26 termos práticos. para se tomar uma posição relativamente a um conjunto de pontos que estavam
27 propostos para esta Assembleia Municipal.

28 Referiu em 1º lugar a proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2020 que, como é sabido,
29 têm vindo a decorrer um conjunto de negociações com as forças políticas para procurar a
30 viabilização das Opções do Plano e Orçamento para 2020, essas negociações não estão concluídas
31 e não há condições para nesta Sessão se avançar para a discussão e deliberação sobre estes
32 documentos. Por essa razão solicita ao senhor Presidente da Assembleia que retire esse ponto e os
33 pontos que decorrem das Opções do Plano a no sentido de que a Câmara possa continuar as
34 negociações com vista à eventual viabilização das Opções do Plano e Orçamento para 2020 e das
35 outras matérias que estão associadas.

36 Em particular, nomeou a retirada, para uma próxima reunião extraordinária da Assembleia
37 Municipal, do ponto número 1 que trata das Opções do Plano e Orçamento para 2020, do ponto
38 número 2 que trata da do Mapa de Pessoal, do ponto número 3 que trata do IMI, do ponto número
39 5 que trata da participação variável no IRS. Não retira o ponto da Derrama porque há uma
40 obrigação legal de comunicar a derrama até ao dia 30 de novembro e, portanto, obrigatoriamente
41 terão que se pronunciar sobre a questão da derrama, sendo essa a única razão porque não retira
42 essa proposta. Pretende que também sejam retirados os pontos número 8 autorização prévia para
43 Compromissos Plurianuais para 2020, o ponto número 9 Contração de eventuais empréstimos de
44 curto prazo para 2020, o ponto número 17 os Contratos Interadministrativos com as Juntas de
45 Freguesia e o ponto número 18 a prorrogação do prazo de vigência dos Acordos de Execução com
46 as Juntas de Freguesia para 2020.

47 Recordou que uma vez que tinham também proposto já, anteriormente, que se tirassem 3 pontos,
48 para de alguma maneira dar espaço para que pudessem discutir com algum tempo essas questões e
49 já tinha pedido, e julga que terá sido informado a Assembleia, a de retirada dos pontos 12, 13 e 14
50 que tinham a ver com o Plano Local de Habitação, com a Estratégia Local de Habitação e com as
51 Áreas de Reabilitação Urbana.

1 **O senhor Presidente** agradeceu a intervenção do senhor Presidente da Câmara e registou os
2 pedidos de retirada de pontos e que, quando entrarem na ordem do dia, irão reformular essa
3 mesma ordem.

4 Deu a palavra ao senhor Adelino Fonseca que tinha solicitado para intervir.

5
6 **O senhor Adelino Fonseca** questionou a mesa se não entende que a Recomendação apresentada
7 pela sua força política deva votada como um ponto prévio, fora do PAOD.

8
9 **O senhor Presidente** respondeu que não é possível porque só existem estes 2 períodos, PAOD e a
10 Ordem do Dia, a única forma de enquadrar essa documentação é mesmo no âmbito do PAOD.

11
12 **O senhor Nuno Alas** disse que percebe a preocupação do senhor Presidente da Câmara face à
13 incapacidade que decorreram nos últimos tempos de encontrar aqui um consenso, não é de todo
14 vulgar retirar um documento quando se sabe que ele não vai ser aprovado. Neste momento era
15 importante clarificar a votação, só seria importante para clarificar uma coisa, a posição de cada
16 partido, o PSD tem a posição bem clara e o senhor Presidente conhece-a bem, embora percebam
17 das dificuldades que isto acarreta na gestão desta autarquia, talvez seja importante que os partidos
18 que aqui têm assento, que clarifiquem a sua posição e que se o documento não for aprovado, que
19 possam entrar em negociação tal como aconteceu o ano passado. Agora manter aqui na negociação
20 individual com cada partido até obter um quórum, o PSD não se revê nessa forma de negociar, de
21 identificar as suas prioridades políticas e elas são claras, e muito menos as nossas opções, embora
22 acatarão a opinião da maioria desta Assembleia se entender retirar esse ponto.

23
24 **O senhor Presidente da Câmara** esclareceu que em primeiro lugar esses pontos são propostos
25 pela Câmara Municipal e, portanto, podem ser retirados pela Câmara Municipal. Em segundo
26 lugar, que de acordo com a lei estes documentos podem ser discutidos até ao dia 31 de dezembro
27 deste ano e estão perfeitamente em condições de poder alterar as datas de discussão até dia 31 de
28 dezembro, com ou sem haver perspectivas de aprovação dos documentos. Os documentos serão
29 naturalmente postos a discussão até ao dia 31 de dezembro, como aliás cumprindo o que a lei
30 determina, foram entregues à Assembleia no dia 31 de outubro. De facto, há que clarificar ainda
31 posições de forças políticas que estão ainda em fase de negociação e, portanto, não tendo chegado
32 ainda a uma conclusão parece-lhe que é razoável que os documentos possam ser retirados.
33 cumprindo o prazo que a lei permite, e que, atempadamente, cumprindo a Lei, possam então ser
34 colocados à discussão e deliberação da Assembleia Municipal.

35
36 **O senhor Presidente** não registando mais pedidos de palavra, propôs a aprovação da Ata
37 número 7 de 28/12/2018.

38 Antes de passarem propriamente à votação, deixou uma justificação aos membros da Assembleia,
39 que é o facto de as Atas estarem muito atrasadas. Os serviços da Assembleia estão a
40 reorganizarem-se e irão fazer um esforço no sentido de recuperar este atraso relativamente às Atas,
41 por forma a que na segunda sessão de 2019 tenham então as Atas todas recuperadas.

42 De seguida questionou se existem propostas de alteração ou eventuais correções à ata e não
43 registando pedidos de palavra, passou à votação. A Ata foi aprovada por unanimidade.

44 Ainda no âmbito do período Antes da Ordem do Dia passaram para a análise todo um conjunto de
45 documentos que receberam, e os documentos são recomendações, moções, votos de pesar e de
46 louvor, e que são tratados pela forma de entrada nos serviços.

47
48 **O senhor José Maria Figueira** informou que é uma interpelação à mesa, recordando que há 1 ano
49 e pouco, por acordo entre as forças políticas representadas na Assembleia, foi decidido que, para
50 facilitar aos serviços da Assembleia Municipal, ter a preocupação de fazerem chegar os
51 documentos de recomendações, emoções e outros, a tempo oportuno à Assembleia Municipal para
52 serem colocados na plataforma. Verificaram que das 2 assembleias a esta parte esta regra, que
53 tinha sido unanimemente aprovada, foi alterada, ou seja, verificou-se, pelo menos até às 17h ou
54 18h, que foram enviados para a Assembleia Municipal e foram colocados na plataforma os

1 documentos a do Afirmar Évora e também os da CDU, as outras forças políticas colocaram os
2 documentos no próprio dia ou na própria hora da Assembleia. A questão que colocou é se é para
3 voltarem ao que estava anteriormente antes do acordado, e, obviamente, que a CDU, depois deste
4 esclarecimento, passará a apresentar os seus documentos no próprio momento da Assembleia
5 Municipal, tal como vinha sendo feito anteriormente, por isso o pedido de esclarecimento por
6 parte da Mesa sobre o critério que tinha sido uma minimamente acordado, mas que se verifica
7 ultimamente que aconteceu o que descreveu, para todos saberem como se posicionam da mesma
8 forma perante os serviços perante a Assembleia e à Mesa

9
10 **O senhor Presidente** informou que de facto é como o senhor José Maria Figueira disse, foi
11 combinado que estando prontos os documentos a tratar que fossem atempadamente enviados aos
12 serviços da Assembleia para serem colocados na plataforma eletrónica e para serem fotocopiados
13 a tempo, mas também recordou que também deixaram a salvaguarda de que teriam de aceitar
14 documentos chegados na própria hora da Assembleia, e até documentos que, já no decorrer da
15 Assembleia, os grupos municipais, ou os membros da Assembleia isoladamente, entendessem
16 entregar. Considerou que o que se pode fazer é reforçar o apelo às bancadas municipais, a todos os
17 membros da Assembleia, que já tendo prontos os documentos a entregar, o façam o mais
18 antecipadamente possível para facilitar o trabalho dos serviços, mas, voltou a repetir, sem prejuízo
19 de a todo instante se puder entregar documentos para submeter à apreciação desta Assembleia.
20 Na continuação dos trabalhos, vão analisar o primeiro documento que é uma Recomendação,
21 oriunda da Coligação Afirmar Évora.

22
23 **O senhor Bruno Martins** referiu que tinha um pedido de esclarecimento ao senhor Presidente da
24 Assembleia sobre esta matéria, se foi enviado algum email por parte dos serviços a avisar que
25 tinham sido carregados documentos, a que hora e em que data é que foram enviadas as restantes
26 moções.

27
28 **O senhor Presidente** referiu que não estava a querer entrar em diálogo, mas tem que perguntar a
29 que documentos se refere exatamente, isto é, se são os documentos que os serviços hoje receberam.
30 Portanto hoje receberam, 2 recomendações da Coligação Afirmar Évora, 1 moção, 1
31 recomendação e 1 voto de pesar oriundos da CDU, e já mais tarde, às 17:13h, do Partido Socialista,
32 através do senhor Ananias Quintano, 1 moção. Os outros 4 documentos que têm para tratar, foram
33 entregues ali no início dos trabalhos.

34 As recomendações entregues pelo Senhor pelo doutor Frederico Carvalho, da Coligação Afirmar
35 Évora, deram entrada às 2:03h 1 recomendação, a outra às 2:11h, do dia 27. A moção,
36 recomendação e voto de pesar apresentadas pela CDU deram entrada às 16:37h, do dia 27.

37
38 Uma vez esclarecido aquele especto, vão então tratar da Recomendação, apresentada pela
39 Coligação Afirmar Évora, com o título "Pela salvaguarda do Esgrafito na Cidade de Évora" (doc.
40 nº 1) e pediu ao senhor Frederico de Carvalho para apresentar o documento.

41
42 **O Senhor Frederico de Carvalho** informou que não iria ler o texto na sua redação integral, mas,
43 apenas e só, dizer que em Évora têm sido feitos inúmeros trabalhos de âmbito científico sobre esta
44 técnica decorativa que existe muito comumente na Cidade, é a Cidade em todo o Alentejo com
45 maior número de exemplares desta técnica, reconhecida como Esgrafito, e uma das cidades de
46 todo o país onde tem maior relevância só se encontrando paralelos com a cidade de Coimbra.
47 Existe, inclusivamente, uma tese de doutoramento feita pela investigadora do CAIA, portanto é
48 um Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora, Sofia Salema, e
49 também com um colega doutorado José Aguiar, tem feito um enorme trabalho de divulgação e,
50 naturalmente, apurando as questões associadas à necessidade de salvaguardar esta herança artística
51 e, portanto, o que gostaria que fosse feito com esta proposta de Recomendação é que este
52 Executivo também reconhecesse essa importância, ao abrigo desta Recomendação que é ali hoje
53 lançada, e, naturalmente, no seguimento das suas capacidades físicas, logísticas, técnicas, possa
54 fazer, nomeadamente ações concretas de divulgação e sensibilização para a salvaguarda e



1 valorização deste elemento artístico que temos pela nossa cidade, que seja também feito um
2 inventário, porque o inventário que foi inicialmente feito não está concluído, portanto existem
3 muitos Esgrafito na nossa cidade, no Centro Histórico que não está devidamente catalogado,
4 inventariado, portanto isto necessitaria ou carecia de um levantamento técnico e mais exaustivo,
5 caso os serviços da Câmara poderiam fazê-lo, e naturalmente que esta preocupação também possa
6 ser refletida no âmbito do próprio Plano de Urbanização da Cidade, salvo erro este PUE é revisto
7 de 10 em 10 anos, terá de ser revisto em 2021, e portanto pudesse também ser plasmado esta
8 preocupação muito específica de um elemento artístico das fachadas da nossa Cidade, com vista a
9 sobretudo valorizar o Centro Histórico, que é um Centro Histórico classificado Património da
10 Humanidade.

11 Para terminar a sua intervenção sobre esta Recomendação, e só para se ter ali uma ideia daquilo
12 que se está a tratar, mostrou um artigo de investigação feito pela Doutora Sofia Salema, e
13 obviamente os créditos são todos dela, é para se ver a relevância que têm os Esgrafitos em todo o
14 território alentejano, portanto, Évora é de longe o território com maior número de exemplares
15 inventariados e que não estão na sua totalidade, existem muito mais que estão por descobrir, mas o
16 que já se descobriu, que já se identificou, do ponto de vista do da sua quantidade e da sua
17 qualidade é algo extraordinário. Isto foi o exercício realizado, no âmbito desse inventário, em que
18 estão a amarelo todas as áreas onde é mais evidente a presença dessa técnica de Esgrafito, acha
19 que qualquer eborense está muito habituado a ver este tipo de elementos pela nossa fantástica
20 Cidade, pelo Centro Histórico de Évora e, portanto, a ideia desta Recomendação é sobretudo que a
21 autarquia, através do seu Executivo, tenha esta preocupação e, obviamente, que os recursos não
22 infinitos, mas aquilo que esteja ao seu alcance possa salvaguardar também este elemento cultural
23 de grande relevância para a nossa cidade e para o território.

24
25 **Senhor João Canha** tomou a palavra só para agradecer a qualidade da intervenção do elemento
26 da Coligação Afirmar Évora e a chamada de atenção por esta qualidade que trouxe ao debate desta
27 Assembleia.

28
29 **O senhor Presidente da Câmara** informou são 2 notas, uma primeira para agradecer a atenção
30 relativamente a esta matéria, e disse que a Câmara desde há 3, 4 anos esta parte está a fazer um
31 levantamento de todas as fachadas do Centro Histórico de Évora com os elementos considerados
32 relevantes em cada uma das fachadas, uma parte desse trabalho já pode ser visto e pode ser
33 disponibilizado, julga que os Esgrafitos estão identificados nesse levantamento que está a ser feito,
34 todos do que está feito, admite que haja um conjunto deles não está feito, mas é de grande
35 importância e terão todo o gosto de, se a Assembleia o desejar, apresentar esse trabalho que já está
36 a ser feito nesse âmbito e onde, além deste, está um conjunto de outros elementos de grande
37 interesse histórico e, portanto, é com agrado que registam esta proposta.

38
39 **O senhor Presidente** perguntou se mais algum membro da Assembleia pretendia intervir
40 relativamente a esta Recomendação e, não havendo mais pedidos de intervenção, submeteu à
41 votação a Recomendação intitulada “Pela salvaguarda do Esgrafito na Cidade de Évora”.

42 **Informou que a Recomendação foi aprovada por unanimidade.**

43
44 **O senhor Presidente** passou então à Recomendação oriunda também da bancada da Coligação
45 Afirmar Évora e que se intitula “Na procura de soluções para a oferta imobiliária a estudantes
46 universitários ou jovens trabalhadores, na Cidade de Évora” (doc. nº 2) e pediu ao Senhor
47 Frederico de Carvalho para apresentar o documento.

48
49 **O Senhor Frederico de Carvalho** informou que não tendo muito tempo quer apenas e só dizer,
50 no seguimento das nossas preocupações que já por mais de uma de uma vez que fizeram chegar à
51 Assembleia como o próprio Executivo Municipal, algumas vezes têm falado com o senhor
52 Presidente da Autarquia sobre a questão da habitação, que é uma área que carece de alguma
53 atenção especial, porque realmente a oferta é muito reduzida face a uma enorme procura, sem
54 desprimor, obviamente, que existem também e continuam a existir graves problemas do ponto de

1. vista de habitação social, mas também há a acrescentar a esta área específica a área de estudantes
2 universitários nesse âmbito e, naturalmente, também de jovens trabalhadores que muitas vezes
3 querem vir trabalhar para Évora e não conseguem responder não havendo habitação que possa
4 colmatar as suas necessidades. Dito isto, e mais uma vez tentam ser consequentes, e porque estão
5 lá para tentar acrescentar valor e, naturalmente, estimular a discussão e a procura de soluções que
6 entendem que possam ser válidas, procuram apresentar uma proposta que visa sobretudo que esta
7 autarquia, que este Executivo, no seguimento de alguns prédios que se encontram devolutos e,
8 portanto, em mau estado de conservação, e aqui referem concretamente a um conjunto de prédios
9 que sendo do estado é mais fácil, será a partida para eles mais fácil, que haja um acordo, um
10 protocolo, entre a autarquia e o Ministério correspondente, de forma a que através da empresa
11 municipal designada por Habévora, se possa encetar um reforço da oferta, não apenas e só para
12 cariz social, mas para cariz neste caso universitário, aos jovens.

13 Para terminar mostrou um pouco da área, acha que na moção da para ver que é, estão a falar de um
14 conjunto de imóveis na Rua de S. Cristóvão que estão, diria, já há décadas muito muito muito
15 muito agradados, não estão a ter utilidade para os fins militares, porque, salvo erro, está ao abrigo
16 da tutela do Ministério da Defesa Nacional e, portanto, acham que poderia ser interessante
17 aproveitar esse espaço.

18 Mostrou uma ilustração, da Câmara Municipal, que é uma planta dos serviços técnicos da Câmara
19 Municipal de 2017, é operação de reabilitação urbana do Centro Histórico e, portanto, lá já estava
20 feito um inventário com edifícios em ruínas ou em mau estado de conservação e o círculo que lá
21 está medeia todo o conjunto de prédios que estão neste caso devolutos e que no entender deles
22 poderiam ser reaproveitados para utilização da habitação neste âmbito universitário e jovem.
23 Portanto, o espaço acho que o conhecem, é aquele conjunto, acha que é por mais evidente, não
24 sabem se isso é possível, mas acham que por uma questão de boa vontade e, naturalmente, de
25 utilidade, acho que o serviço deles é este e, portanto, propões à Assembleia que faça esta
26 consideração junto do Executivo Municipal.

27
28 **O senhor Presidente da Câmara** sobre a proposta, informou que em 2014, quando era
29 Comandante do Exército em Évora o General Rovisco Duarte, foi feito um contato exatamente no
30 sentido de avaliarem a disponibilidade do Exército ou do Ministério das Finanças de cederem ao
31 Município estes edifícios para poderem ser recuperados para habitação social, na altura apontava-
32 se para habitação social. O General Rovisco Duarte fez um conjunto de diligências e informou-os
33 que a situação não estava fácil, mas que iria procurar encontrar soluções porque confirmou que o
34 exército não tinha interesse naquelas habitações. Entretanto ele saiu, depois foi para Chefe do
35 Estado-Maior, houve um novo contato quando ele estava como Chefe do Estado-Maior do
36 Exército e confirmou que não tinha condições para poder garantir à Câmara a cedência das
37 habitações, têm desde então, desde 2014, vindo a fazer contactos sucessivos no sentido de
38 procurar que aqueles edifícios possam vir à Câmara para serem recuperados para habitação social
39 ou outro.

40 Disse que que concorda com o título da proposta e até tiraria a palavra “jovens” porque neste
41 momento não são só os jovens trabalhadores, são um conjunto de trabalhadores que estão a vir
42 para Évora e que andam à procura de casa para arrendar ou para comprar e que, obviamente, não
43 têm condições para o fazer.

44
45 **O senhor José Maria Figueira** informou que em relação a esta proposta estão de acordo, se lhe
46 permite o senhor Frederico, se fosse ele faria mesmo a proposta formalmente retirando a palavra
47 “jovens” porque na verdade há um conjunto de trabalhadores que querem vir para Évora e arranjar
48 cá habitação, estão com algumas dificuldades tendo em conta esta questão. De toda a maneira
49 também espera e esperam todos, certamente, que os pontos que o senhor Presidente da Câmara
50 Municipal há pouco disse que tinha já vindo um ofício a retirar sobre as questões do Plano Local
51 de Habitação e da Estratégia Local da Habitação, que a todos possamos discutir também nesse
52 quadro as questões que foram agora levantadas e que irão votar favoravelmente.

1 **O senhor Presidente** questionou o Senhor Frederico de Carvalho se aceita a alteração proposta no
2 nome da Recomendação, o que foi aceite. Perguntou se mais algum membro da Assembleia
3 pretendia intervir relativamente a esta Recomendação e, não havendo mais pedidos de intervenção,
4 submeteu à votação a Recomendação intitulada “Na procura de soluções para a oferta imobiliária
5 a estudantes universitários ou trabalhadores, na Cidade de Évora”.

6 **Informou que a Recomendação foi aprovada por unanimidade.**

7
8 **O senhor Presidente** passou então à Moção oriunda da bancada da CDU e que se intitula
9 “Atividades Artísticas no Alentejo” (doc. nº 3) e pediu ao senhor José Russo para apresentar o
10 documento.

11
12 **O senhor José Russo** procedeu à leitura da Moção.

13
14 **O senhor Nuno Alas** disse que irão naturalmente acompanhar esta preocupação não só por Évora
15 e o distrito do Alentejo estar a passar por este momento nesta fase de candidatura Capital Europeia
16 da Cultura, mas porque entendem que de facto este é um elemento charneira deste nosso Concelho
17 e que sem o turismo e sem a cultura seremos iguais a outras cidades do interior que felizmente não
18 estamos nessas circunstâncias. Relembrou que é ali que concordando com todo o teor desta
19 Moção da CDU lhes traz para ali, é que quer o Partido Comunista Português, a CDU, quer o Bloco
20 de Esquerda e o PS têm negociado Orçamentos de Estado, vão ver o que é que vai acontecer agora
21 no próximo, e já no anterior concurso da DGArtes passaram pelo mesmo, que utilizem, é uma
22 recomendação que o PSD faz, que utilizem os vossos representantes na Assembleia da República
23 para evitar este tipo de situações, mas parece que não tem resultado. É porque se fosse o governo
24 do PSD/CDS se calhar houve uma redução de apoios financeiros para todas as regiões, porque ali
25 a austeridade foi democrática, foi distribuída por todos, isto só acontecer no Alentejo é que não
26 pode acontecer, e os representantes dos partidos que têm aqui quer do PS quer da CDU, quer
27 representantes na Assembleia da República que façam a ver isto ao governo.

28
29 **O Senhor Ananias Quintano** informou que o Partido Socialista vai acompanhar também esta
30 Moção porque, como todos também, entende que é fundamental a cultura no Alentejo e
31 particularmente em Évora, no entanto algumas questões que não podemos deixar de considerar,
32 primeiro que se tratou de um concurso com regras próprias e com um júri independente, segundo
33 não têm razões nenhuma para pensar que esse júri não cumpriu as regras do concurso. Lamentam
34 de facto o resultado do concurso que deu, nem todas as associações, grupo culturais tenham
35 conseguido os apoios solicitados e desejam, também, que no próximo ano no próximo Orçamento
36 de Estado possibilite compensar alguns desses grupos com projetos meritórios e que só por
37 insuficiência de verba não tiveram apoio. No entanto também é preciso dizer que, embora ainda
38 insuficientes, as reservas da cultura aumentaram de 2015 para 2019 83%, ou seja, de 13,7 milhões
39 para 25 milhões de euros, claro que é preciso mais, é verdade, é preciso também dizer que,
40 certamente quem está atento já ouviu, que a Senhora Ministra da Cultura considerou rever os
41 critérios deste concurso para o próximo ano.

42
43 **O senhor Bruno Martins** manifestou o total apoio ao conteúdo integral da noção. Respondendo
44 ao eleito Nuno Alas, uma vez que citou o Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda faz com os
45 seus Deputados do seu trabalho, aliás chamou à Assembleia da República a Ministra da Cultura
46 para dar explicações e gostaria de perguntar ao eleito Nuno Alas se no Orçamento de Estado está
47 discriminado o Orçamento do Programa de Apoio da DGArtes quando é votado, se tem algum
48 Orçamento de Estado esse o orçamento para cada programa de apoio da DGArtes se está
49 especificado. Ao eleito Ananias Quintano, já que falou do júri independente, gostaria de saber se
50 se lhes pode dizer, se souber, quais foram as recomendações do júri independente à DGArtes sobre
51 o montante que tinham para distribuir, e que recomendações é que fizeram e que análise é que
52 fizeram ao valor que tinham para distribuir e conclusões é que retiraram.

17 **O senhor José Russo** é só uma nota, enfim, já foram ditas algumas coisas, é claro que o júri é o
2 que é, mas manifestou digamos uma opinião do final da avaliação que fez, porque sabia que fosse
3 a avaliação qual fosse alguém iria ficar de fora e não é legítimo, e essa é a questão de fundo se põe
4 aqui, que candidaturas que são elegíveis não tenham financiamento, essa é que é a questão que
5 importa aqui relevar. Só uma última nota para dizer que é verdade que de 2015 para cá tem havido
6 aumentos nos financiamento para a cultura, mas o problema é que esta questão não pode ser
7 contabilizada só de 2015 para cá, têm que ir um bocadinho mais atrás no calendário porque
8 lembram os cortes que houve na cultura a propósito da crise que foram muito maiores do que o
9 aumento que agora está a ser feito e esta é a razão de fundo da situação por que estamos a passar.
10 Agora, neste momento, o que importa é que haja uma medida e a única medida que pode corrigir
11 esta situação foi, como dizem na Moção, o que aconteceu em abril do ano passado relativamente
12 aos concursos quadriennais e bienais foi, digamos, a injeção um reforço de financiamento para que
13 as candidaturas elegíveis não ficassem sem o financiamento, é o que se exige agora, exatamente
14 não pode haver uns que são tratados de uma maneira e outros tratados de outra maneira, portanto
15 isso é o que se o que se procura exigir.

16 A propósito do que disse o Nuno Alas, é claro que vão fazer o seu trabalho, e na próxima sexta-
17 feira estão todos convidados para estar Assembleia da República porque a questão da cultura vai lá
18 ser colocada pelo PCP, mas não é a primeira vez e não será seguramente a última como é evidente,
19 agora acima de tudo o que importa de facto é corrigir uma situação que pode pôr em causa, e isso
20 é que é o substancial da questão, estruturas artísticas, que tem estado a pôr e que vai continuar a
21 pôr, no caso daquela onde trabalha, no dia 1 de janeiro se esta situação não for invertida fecha,
22 acaba, e com ela os Bonecos de Santo Aleixo, a Bienal de Marionetes, e tudo mais acaba, e ficam
23 não sei quantas pessoas no desemprego. Isto é realidade objetiva das coisas e é isto que a
24 Assembleia Municipal, neste caso, tem que ter em conta, é claro que já outros acabaram e outros
25 podem acabar, agora eles nesta função política têm que ter consciência que é disto que está a tratar
26 e daí, portanto, a necessidade de em termos da Assembleia Municipal terem um pronunciamento
27 sobre esta matéria. Ficou totalmente satisfeito de ouvir da parte das bancadas a sua disponibilidade
28 para votar favoravelmente esta Moção, é muito importante que a Assembleia Municipal se possa
29 pronunciar dessa forma.

30
31 **O senhor Nuno Alas** referiu que o Orçamento de Estado é um saco azul tal, como o Orçamento
32 da Câmara, portanto imagina no Ministério da Cultura, nas sub rubricas dos financiamentos à
33 Direção Geral das Artes, entre outros organismos que existem no Ministério da Cultura, que esteja
34 perfeitamente identificado um montante anual atribuído, até porque esta figura, e daquilo que o
35 José Russo disse, isto é um concurso e, portanto, havendo elegibilidade mas porventura não terá
36 tido pontuação de acordo com o júri, ninguém está aqui colocar a questão da justiça claro, então
37 apertam o concurso e as normas e a pontuação, sabem como é que é isto, portanto, vão cortando,
38 vão cortando, vão cortando, portanto teve que haver uma rubrica, uma verba bem identificada para
39 distribuir pelos agentes, acha, senão aquilo era um saco onde cada um ia buscar o queria, isso
40 nunca poderia ser.

41
42 **O senhor Presidente** questionou se mais algum membro da Assembleia pretendia intervir
43 relativamente a esta Moção e, não havendo mais pedidos de intervenção, submeteu à votação a
44 Moção intitulada “Atividades Artísticas no Alentejo”.

45 **Informou que a Moção foi aprovada por unanimidade.**

46
47 **O senhor Presidente** passou à Recomendação oriunda também da bancada da CDU e que se
48 intitula “O Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) deve ser aplicado ao transporte
49 ferroviário de passageiros que serve Évora” (doc. nº 4) e pediu ao senhor José Maria Figueira para
50 apresentar o documento.

51
52 **O senhor José Figueira** informou que vai dispensar a leitura, dada a extensão do documento.

53

1 **O senhor Nuno Alas** referiu que esta também é uma preocupação da sua bancada, se o José
2 Figueiras bem se lembra o PSD apresentou, e foi aprovada por unanimidade na CIMAC, a
3 proposta precisamente para a aplicação deste programa na linha ferroviária que, infelizmente,
4 neste momento só pode servir Évora Vendas Novas, com a construção do eixo até o Caia poderá
5 vir a servir outras localidades, no entanto, até porque é gritante, se em Évora é verdade que um
6 passe custa 200 e tal euros, no concelho de Vendas Novas aconteceu uma coisa que, foi Presidente
7 da Câmara de Vendas Novas sabe bem melhor que eu, os habitantes da Landeira pagam 180 euros
8 de passe, ali ao lado, na freguesia ao lado de Pegões, já pertença a outro conselho, pagam 40 euros
9 passe para aceder a Lisboa, isto é que se trata de coesão territorial e de justiça territorial, portanto,
10 irão acompanhar, recordou que na altura a CP invocou o facto de não haver passes para Évora,
11 coisa que é falsa, existem passes intermodais, quem sai de Évora, quem sai de Vendas Novas,
12 pode dar um passo mensal, e neste momento vêm alinhar com este discurso de que só pode aplicar
13 nos comboios regionais e não nos intercidades, é claro que, naturalmente, acompanharão esta
14 moção que aqui trazem e insistirão com a representação da CIMAC para que esta lute junto da CP
15 para que concretize a aplicação do programa. De qualquer forma se congratulam também com a
16 aplicação dos transportes urbanos na TREVO, o senhor Presidente saberá melhor do que nós, mas
17 ao que julga saber terá havido um incremento significativo no número de passageiros e isso é
18 importante do ponto de vista ambiental, da circulação, da preservação da cidade.

19
20 **O Senhor Ananias Quintano** informou que também é uma das preocupações do Partido
21 Socialista, desde o princípio, e como tal irão acompanhar esta moção.

22
23 **O senhor Presidente** questionou se mais algum membro da Assembleia pretendia intervir
24 relativamente a esta Recomendação e, não havendo mais pedidos de intervenção, submeteu à
25 votação a Recomendação intitulada “O Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) deve ser
26 aplicado ao transporte ferroviário de passageiros que serve Évora”.

27 **Informou que a Moção foi aprovada por unanimidade.**

28
29 **O senhor Presidente** informou que têm 2 Votos de Pesar pelo falecimento do cantor José Mário
30 Branco, um da bancada da CDU e outro da bancada do BE, e como se trata da mesma matéria,
31 irão tratar os 2 documentos logo de seguida, e pediu à senhora Clara Grácio, da CDU, para
32 apresentar o documento (doc. nº 5).

33
34 **A senhora Clara Grácio** informou que é a primeira vez usa a palavra, e procedeu à leitura do
35 Voto de Pesar pelo nosso cantor José Mário Branco, que é, obviamente, para enviar à família de
36 José Mário Branco.

37
38 **O senhor Presidente** questionou se mais algum membro da Assembleia pretendia intervir
39 relativamente a este Voto de Pesar e, não havendo mais pedidos de intervenção, submeteu à
40 votação o Voto de Pesar intitulado “Voto de Pesar pelo falecimento do cantor José Mário Branco”.

41 **Informou que a Moção foi aprovada por unanimidade.**

42
43 **O senhor Presidente** passou ao Voto de Pesar pelo falecido cantor José Mário Branco
44 apresentado pelo BE e pediu ao senhor Bruno Martins para apresentar o documento (doc. nº 6).

45
46 **O senhor Bruno Martins** procedeu à leitura do Voto de Pesar.

47
48 **O senhor Presidente** questionou se mais algum membro da Assembleia pretendia intervir
49 relativamente a este Voto de Pesar e, não havendo mais pedidos de intervenção, submeteu à
50 votação o Voto de Pesar intitulado “Voto de Pesar pelo falecimento do cantor José Mário Branco”.

51 **Informou que a Moção foi aprovada por unanimidade.**

52
53 **O senhor Presidente** informou que vão fazer um minuto de silêncio em Memória de José Mário
54 Branco.

1 **O senhor Presidente** deu a palavra ao senhor Frederico de Carvalho para uma Declaração de
2 Voto.

3
4 **O senhor Frederico de Carvalho**

5 Declaração de Voto

6 *“Como foi perceptível, associaram-se aqueles 2 Votos de Pesar reconhecendo, naturalmente,*
7 *qualidades ímpares no homem a quem viam um grande artista, um homem de imensa*
8 *versatilidade, um agregador de talento de artistas e, naturalmente, também não menos importante,*
9 *e estando nos antípodas da afirmação política ou ideológica deles, reconhecem a coerência do*
10 *seu exercício político, cívico, também na luta contra a ditadura do estado novo, e, naturalmente,*
11 *aparte disso vigorando muito além nos partidos que muitas vezes, oportunisticamente, se*
12 *aproveitavam das suas convicções. Portanto, reconhecendo tudo isso não teriam outro desfecho*
13 *se não votarem a favor daqueles 2 Votos, naturalmente solidarizarem-se com a Memória de José*
14 *Mário Branco.”*

15
16 **O senhor Presidente** passou à Moção oriunda da bancada do PS e que se intitula “Direito a uma
17 vida socialmente justa” (doc. nº 7), e pediu ao senhor Ananias Quintano para apresentar o
18 documento.

19
20 **O senhor Ananias Quintano** procedeu à leitura da Moção.

21
22 **O senhor Presidente da Câmara** salientou que este é um tema particularmente preocupante no
23 País e também em Évora, apesar de em Évora a percentagem de os sem abrigo ser baixa, mas um
24 que existisse já era muito. Gostava de dizer que o Município tem vindo a tratar este assunto em
25 primeiro em termos institucionais através da criação de uma Unidade de Rede para os sem abrigo
26 está a funcionar junto do CLASE, portanto a Rede Social de Apoio. Esta Unidade de Rede junta,
27 não apenas a Câmara, mas todas as entidades que intervêm nesta matéria, entidades da
28 Administração Central, entidades da Administração Local e outras entidades que podem atuar
29 nesta área e têm um levantamento completo desta situação que terão todo o gosto depois de poder
30 transmitir à Assembleia Municipal, ainda que o número de sem abrigo seja volátil, tem ao longo
31 destes anos variado muito significativamente em Évora, mas darão essa informação.

32
33 **O senhor Bruno Martins** informou que tem algumas dúvidas em aprovar esta moção, uma vez
34 que o vão votar é que a Assembleia Municipal exorte o Executivo a “dinamizar ou no mínimo
35 integrar um qualquer movimento ou grupo de trabalho”, ora bem o Município já dinamiza um
36 grupo de trabalho sobre a questão, que é a Unidade de Rede para as pessoas sem abrigo, poderá
37 ser transformada a Moção, se lhe permitem, num pedido de informação da Unidade à Assembleia
38 Municipal, agora não vai votar integrar um grupo quando já existe esse grupo de trabalho.

39
40 **O senhor José Maria Figueira** referiu que na sequência do que o senhor Bruno Martins acabou
41 de colocar, é que na verdade pensa que esta questão levantada, que é uma questão sempre
42 preocupante, ainda mais quando ontem o INE publicou um conjunto de informações sobre as
43 questões de pobreza, e que o risco pobreza a nível nacional em termos médios está nos 17,2% e no
44 Alentejo está um pouco acima, é 17,6%, é por isso que os devem preocupar e como tal, julga que e
45 sugeriu que o Partido Socialista transformasse, até no período dedicado às informações do senhor
46 Presidente da Câmara, num pedido de informação e esclarecimento sobre esta matéria. Informou
47 caso não seja assim irão abster-se, não por o conteúdo, mas pela formalidade.

48
49 **O senhor Presidente da Câmara** referiu que a Senhora Vereadora teve oportunidade de ir buscar
50 os números e os números, com a atualização de dias, têm neste momento 19 pessoas sem abrigo
51 em Évora, dessas 15 têm um abrigo temporário, digamos assim, 2 não têm teto e não têm
52 querido aceitar qualquer tipo de apoio a este nível, e as outras 2 estão numa situação transitória,
53 digamos assim. Portanto neste momento, de uma forma rápida, é a informação que pode dar de
54 imediato.

1 **O senhor Ananias Quintano** informou que consideram que a informação está dada e retiram a
2 Moção.

3
4 **O senhor Presidente** passou à Moção oriunda também da bancada do PS e que se intitula “O seu
5 a seu dono” (doc. nº 8), e pediu ao senhor Ananias Quintano para apresentar o documento.

6
7 **O senhor Ananias Quintano** procedeu à leitura da Moção.

8
9 **O Presidente da Câmara** disse que gostava de prestar, rapidamente, algumas informações sobre
10 esta matéria. A Câmara Municipal de Évora foi contactada pela empresa que dá assessoria ao
11 ISCTE diretamente, que informou que estava nesta lista e que tinha sido premiada por essa via, a
12 divulgação nacional dessa notícia não foi da responsabilidade da Câmara, mas foi dessa empresa e
13 dessa assessoria. A Câmara reproduziu no seu site, na quinta-feira por volta da hora do almoço,
14 essa notícia e assim que os responsáveis da Câmara tomaram conhecimento dela e o responsável
15 da comunicação conseguiu contactar a empresa e confirmar que a notícia era errada, foi
16 imediatamente retirada do site da Câmara. Foi contactado o ISCTE no sentido de corrigirem essa
17 situação e foram contactados os responsáveis da comunicação da ARS pedindo imediatamente
18 desculpas pelo assunto. Em termos da Câmara e, naturalmente, tendo o Presidente da Câmara que
19 assumir a responsabilidade do que se passa na Câmara, enviaram por escrito um pedido de
20 desculpas ARS, apesar de entenderem que houve um mal entendido e que não resultou do
21 Município, mas tiveram, de facto, uma intervenção menos correta que deveria ter sido salvaguarda.

22
23 **O senhor José Maria Figueira** em relação a esta questão dique que gostava de deixar ali 2 notas,
24 uma, é que seria todo de bom tom que o Partido Socialista antes de lavrar esta Moção tivesse o
25 cuidado de contactar com a Câmara, com o senhor Presidente ou com o senhora Vereadora, para
26 tentar confirmar o porquê desta informação, porque na verdade, e pede desculpa, mas a linguagem
27 que está na Moção não honra uma força política com assento naquela Assembleia Municipal e
28 muito menos agora, depois das explicações que o senhor Presidente da Câmara acaba de dar, e
29 nesse sentido se o Partido Socialista mantiver a Moção, irão votar contra.

30
31 **O senhor Bruno Martins** sobre aquela questão perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, se a
32 Câmara enviou ou não nota de imprensa aos órgãos de comunicação social local sobre aquela
33 matéria

34
35 **O Presidente da Câmara** esclareceu que em rigor não lhe consegue dizer se, além da publicação
36 no site, foi enviada alguma informação, sabe que foi publicada a informação dando como origem a
37 Câmara Municipal em 2 rádios locais, que foram imediatamente contactadas para retirarem essa
38 informação que estava a ser divulgada, as rádio que referiu foram a Rádio Campanário e a Rádio
39 Diana.

40
41 **O senhor Nuno Alas** sugeriu que, dando como verdadeiras e, naturalmente, só podem ver dessa
42 forma, as declarações do senhor Presidente da Câmara, fosse retirada a Moção, põe, de facto, em
43 causa um procedimento que às vezes, o próprio senhor Presidente assumiu, há coisas que não
44 deveriam ter acontecido, é verdade, mas foi um lapso e retirando e reconhecendo o erro,
45 endossando os pedidos de desculpas a quem de direito, portanto julga que é uma moção que
46 deixou de fazer sentido. Mas em matérias de apropriação também já viram tudo, felizmente aqui
47 não é este o caso, quando a Ponte do Albardão, que é na freguesia de S. Manços, foi inaugurada no
48 Município de Reguengos de Monsaraz, portanto, o seu o seu dono, sempre.

49
50 **O senhor Jerónimo José** referiu que ouviram as informações do senhor Presidente e acredita
51 plenamente no senhor Presidente disse, mas o que eles tiveram nota e conhecimento, através da
52 comunicação social, e o título era precisamente “Câmara Municipal de Évora ganha prémio pelos
53 boas práticas públicas”, e depois viu uma outra notícia a noticiar que o projeto da ARS tinha sido,
54 um dia ou 2 depois, mas em momento algum a informação que foi publicamente prestada viu um

1 desmentido da Câmara Municipal, e por isso lhe parece que há um dever de repor aquilo que é a
2 realidade, que foi a realidade, que foi um comunicado, uma informação que seguramente foi dada
3 e que, e pelo que tem conhecimento, foi dos serviços municipais e que não correspondia à
4 realidade, se pediu desculpas fez muito bem à entidade que era a promotora do projeto, mas acha
5 que também se deve um pedido de desculpas público pelo equívoco e se houver esse compromisso
6 não têm nenhum problema em retirar a Moção.

7
8 **O senhor Adelino da Fonseca** disse que na verdade lapsos existem, erros existem e, portanto,
9 aceitam a explicação do senhor Presidente quanto ao lapso que induziu ao erro cometido, mas na
10 verdade não é isso que está em causa, o que está em causa é que foi publicado e foi dado
11 conhecimento público de determinado facto e esse conhecimento público foi entre os órgãos de
12 comunicação social, a que o senhor Presidente também deu satisfações, também no site que é um
13 local público de comunicação, e o senhor Presidente referiu que retirou do site, o que perguntou é
14 se retirou, justificou e apresentou desculpas também no site, que esse é um pedido de desculpas
15 público, o que está aqui em causa é se o pedido de desculpas público foi feito, à ARS concordam,
16 com todos os pedidos que fez concordam, perfeitamente de acordo, agora falta saberem saber se o
17 pedido de desculpas público foi feito ou não e a sua fundamentação.

18
19 **O senhor Presidente da Câmara** pediu a palavra porque gostaria apenas de repetir aquilo que
20 disse, a Câmara não emitiu nenhuma nota de imprensa, a Câmara reproduziu uma nota de
21 imprensa da assessoria de imprensa do ISCTE, uma empresa que era a longo alcance que enviou
22 exatamente com o título “Évora é finalista do Prémio Políticas Públicas do ISCTE”, foi esta
23 notícia, não é uma notícia da Câmara de Évora, é uma notícia elaborada e divulgada por essa
24 empresa que a Câmara se produziu, portanto, é bom que aquilo fique claro, de resto o que disse
25 mantém-se.

26 Disse também que assim que deram conta do assunto, apesar de não dominarem os órgãos de
27 comunicação social para quem aquilo foi difundido, empresa terá difundido em termos nacionais,
28 contactaram todos aqueles que detetaram da área do nosso território a pedir para retirarem aquela
29 notícia porque não correspondia à verdade, e esse contato foi um contato feito pessoalmente pelo
30 responsável da comunicação e todos os órgãos de comunicação social contactados retiraram de
31 imediato essa nota de imprensa.

32
33 **O Senhor Adelino Fonseca** referiu que o que o senhor Presidente acabou de afirmar
34 compreendem, está tudo certo, e compreendem que tenha pedido que fôsse retirado, mas o que
35 está em causa é quando foi colocado, independentemente da sua origem do erro, tornou-se num
36 facto que foi divulgado publicamente e que querem saber é se o pedido de desculpas foi feito
37 publicamente pelo lapso e se incluindo o site da Câmara, o senhor Presidente sabe com certeza se
38 foi só pedido para retirar ou se foi pedido para retirar acompanhado de uma explicação do erro e
39 do seu pedido desculpas públicas pelo erro, porque o que fica na memória das pessoas é o que foi
40 publicado, independentemente dos erros que possam ter acontecido, a sua intenção é boa, não
41 sabem é se a formatação está em rigor absoluto.

42
43 **O senhor Bruno Martins** informou que o Bloco de Esquerda vai votar contra a Moção, a reunião
44 é pública, as explicações serão tornadas públicas, a ata será pública, julga que o assunto está
45 encerrado, na sua opinião.

46
47 **O senhor Nuno Alas** informou que também irão votar contra a Moção, não vão fazer um daquilo
48 facto político, ainda para mais numa área em qualquer pessoa que a sente, sabe que a Câmara não
49 intervém na área dos cuidados continuados domiciliários, portanto, seria um aproveitamento até
50 bacoco de uma coisa que não intervém e, portanto, o que é que teria a ganhar com isso, portanto,
51 tratando-se de um lapso e tratando-se que está corrigido, entendem votar contra a Moção.

52
53 **O Senhor Jerónimo José** disse que o senhor Presidente garante que da Câmara não saiu uma
54 informação para os órgãos de comunicação social a dar nota que tinha ganho um prémio, é a

1 mesma coisa do que lhe telefonarem a dizer que ganhou a lotaria mas não jogou, o senhor
2 Presidente garante que não foi da Câmara nenhuma informação para os órgãos de comunicação
3 social, foi só uma entidade externa que mandou para a comunicação social, é que se lhes
4 garantisse isso, é que podem retirar o ponto, porque a notícia como é apresentada e pela
5 informação que tem, é que foi um dos serviços da Câmara.

6
7 **O senhor Bruno Martins** disse que não querendo responder pela Câmara, não querendo ser
8 Advogado do diabo, um serviço de comunicação que recebe uma informação naturalmente pode
9 acontecer, não está a dizer que é o caso, pode acontecer difundir esse comunicado para os órgãos
10 de comunicação social local e, portanto, depois corrigir o erro, pode acontecer e acha que estar a
11 fazer daquilo um facto político, diz na Moção que “se reprova o aproveitamento político da
12 Câmara” e permite-se reprovar o aproveitamento político que o Partido Socialista está a fazer de
13 um não facto, neste momento.

14
15 **O senhor Adelino Fonseca** disse que a questão é simples, já se referiu ali muitas vezes, que toda
16 a gente entende, compreende as razões, etc. etc., mas há uma comunicação pública, essa
17 comunicação tem por esse facto que se pedir desculpas publicamente, ainda ninguém afirmou
18 publicamente o pedido desculpas, portanto não é nenhum facto político, ninguém está ali a criar
19 nada, ninguém está a criar um facto político, não está a fazer nada, é o seu a seu dono, é só isso.

20
21 **O senhor Presidente** questionou se mais algum membro da Assembleia pretendia intervir
22 relativamente a esta Moção e, não havendo mais pedidos de intervenção, submeteu à votação a
23 Moção intitulada “O seu a seu dono”.

24 25 **Deliberação da Moção:**

26 **Rejeitada por maioria**, com 21 votos contra (1 do BE, 1 da Coligação Afirmar Évora, 14 da
27 CDU, 1 do MMPI, 1 do PS e 3 do PSD) e 12 votos a favor do PS, com 33 presenças verificadas.

28 29 **O senhor João Canha**

30 Declaração de Voto

31 *“Considero que, pessoalmente, não havendo disciplina de voto numa coisa destas, considero que
32 os esclarecimentos que foram dados são suficientes e, portanto, não concordei com a manutenção
33 da Moção e por isso votei contra ela.”*

34
35 **O senhor Presidente** passou à Recomendação oriunda da bancada do PS e que se intitula “Direito
36 à informação” (doc. nº 9), e pediu ao senhor Adelino Fonseca para apresentar o documento.

37
38 **O senhor José Maria Figueira** informou que é um ponto de ordem à Mesa para chamar a atenção
39 de que as Recomendações ou Moções de Partidos não devem ser impressas em documentos da
40 Assembleia, é preferível que seja em folha branca, porque pode induzir em erro as pessoas.

41
42 **O senhor Presidente** agradeceu a chamada de atenção porque tem toda a razão, e informou que as
43 Moções e os outros documentos, documentações e votos, depois de devidamente aprovados é que
44 levam o timbre da Assembleia Municipal

45
46 **O senhor Adelino Fonseca** procedeu à leitura da Recomendação.

47
48 **O senhor Presidente** interveio, na qualidade de Presidente da Mesa, para fazer algumas
49 considerações sobre a Recomendação apresentada que, de facto, aprovaram a alteração da alínea k
50 do Regimento e lembrou que também aprovaram a alínea que prevê o tempo para o Período Antes
51 da Ordem do Dia, eliminaram a possibilidade de se prorrogar o tempo destinado ao Período Antes
52 da Ordem do Dia e recordou que numa reunião entre os grupos municipais efetuada há alguns
53 meses, do chamado grupo informal, debateram aquele assunto e consideraram que as 2 alterações
54 têm de passar a constar no Regimento mas que deveriam também ser acompanhadas de uma

1 análise rigorosa sobre o Regimento, que nada é perfeito e tem uma outra gralha uma outra
2 repetição de frases, e o que se pretendeu foi que os membros da Assembleia, nos seus grupos
3 municipais, fizessem uma análise exaustiva do Regimento, para que se fizesse então uma correção
4 de uma só vez, isto é, em vez de estarem a corrigir à peça, porque sai caro estar a fazer a
5 publicação do Regimento de cada vez que se produz uma alteração, que fizessem uma análise
6 rigorosa do Regimento e então de uma só vez procedessem a essas alterações.

7 Outro aspeto, que tem a ver com as informações solicitadas à Câmara, não têm, como
8 compreenderão, agora ali condições de confirmar, de dar resposta, os pedidos foram feitos, foram
9 encaminhados, como é hábito para a Câmara, e não têm agora ali condições de lhe dizer se todas
10 as respostas ficaram por dar, se foram dadas algumas, não têm de facto condições para escarpelizar
11 toda aquela matéria.

12
13 **O senhor João Canha** disse que só porque lhe apetece rebater por completo o que o senhor
14 Presidente acabou de dizer, porque, independentemente de num grupo informal terem percebido
15 que há uma revisão global a fazer do Regimento, esta norma capa foi aprovada ali e se foi
16 aprovada ali é exigido que seja cumprida, e efetivamente têm um pedido que não é da última
17 Assembleia Municipal e já de 28 de março de 2019, isto para dizer o seguinte, que sejam sérios,
18 senhor Presidente, no sentido de que se já recebeu, não tinha que ficar com a informação, tinha
19 que a fazer chegar aos grupos, porque aquilo que foi pedido foi esta Assembleia, o Partido
20 Socialista na sua bancada, fez um pedido à Câmara Municipal de informação e se a Câmara
21 Municipal fez chegar a informação ao Presidente da Assembleia Municipal, tinha que lhes ter feito
22 chegar a essa informação também, ou não, está enganado era só para seu belo prazer e para seu
23 uso pessoal, é que colocaram um conjunto de questões porque essas questões lhes interessam
24 mesmo, votaram a favor de uma moção que tem que ver com a cultura e quando falam destas
25 informações que queriam ter acerca da gestão do Garcia de Resende e da sua concessão, não era
26 porque estivessem ali com muita curiosidade em saber quanto dinheiro é que é passado, quantas
27 pessoas é que vão ficar desempregadas, não é porque tenham curiosidade é porque politicamente
28 isso é relevante para conseguirem perceber quais são os critérios que têm levado à gestão daquele
29 equipamento para o qual, seguramente e pessoalmente, é tão sensível que até fica um pouquinho
30 melindrado que de um momento para outro essa informação não tenha ainda sido dada e não lhes
31 tenha chegado.

32
33 **O senhor Presidente** esclareceu que seguramente não se fez entender, e por isso e pelo facto pede
34 desculpa, as alterações aprovadas nesta Assembleia estão em vigor, o que quis dizer foi que ainda
35 não procederam à reimpressão do Regimento nesse aspeto só, e relativamente aos documentos, aos
36 pedidos de esclarecimento do Partido Socialista foram recebidos na Assembleia Municipal, foram
37 encaminhados para a Câmara e se já tivessem resposta da Câmara, pode ter a garantia que lhes
38 enviávamos, o que não pode garantir ali e agora é se já receberam a resposta da Câmara, se
39 receberem de certeza absoluta que reenviam para o Partido Socialista, não retêm documentos nem
40 ma ida nem na volta, portanto, era só para ficar isso claro, seguramente não se fez entender.

41
42 **O senhor José Russo** referiu que relativamente à matéria que colocada, como é óbvio, toca-lhe,
43 tem a ver com ele, naturalmente com o seu trabalho todos os dias, é só para tranquilizar um
44 bocadinho, não têm tempo para discutir e acha muito bem que aquela questão seja colocada e que
45 seja discutida, e acha até urgentíssimo que isso aconteça, só que entretanto o CENDREV funciona
46 no Teatro Garcia de Resende ao abrigo de um protocolo assinado com o antigo Presidente da
47 Câmara, Dr. José Ernesto, e é esse protocolo que é público que define o quadro de funcionamento
48 do Teatro, e neste momento o que querem era que esse protocolo fosse renovado, para ser mais
49 clarificadas algumas situações, só que entretanto a Câmara não tem conseguido fazer isso porque
50 está em constrangimentos relativamente às questões do PAEL e as que decorrem daí, ou seja, o
51 protocolo na prática neste momento não está a funcionar e, portanto, são os dados objetivos da
52 situação.



1 **O senhor Bruno Martins** disse que vai tentar ser rápido, o teor dos documentos que foram
2 pedidos não vai discutir e cada um pede o que bem entende, portanto, o pedido foi entregue à
3 Assembleia Municipal para enviar à Câmara, é correto, se o senhor Presidente não recebeu
4 resposta da Câmara Municipal nem um pedido de prorrogação do prazo de 30 dias tinha que ter
5 comunicado à Assembleia Municipal a recusa de prestação de informação, é simples, não há muito
6 a debater.

7
8 **O senhor João Canha** disse que era exatamente o que ia dizer, efetivamente a alínea k concede à
9 Câmara Municipal um prazo de 30 dias, se não houve uma resposta então muito provavelmente
10 terão de perceber para que é que existe o Regimento ou se a DGAL tem alguma coisa a dizer a
11 este propósito.

12
13 **O senhor Presidente** reafirmou é que vão imediatamente à procura daqueles documentos, de ver
14 onde é que eles estão, e quando perceberem onde é que eles estão, naturalmente, darão satisfações
15 à bancada do Partido Socialista, é um compromisso que assumem desde já, agora francamente não
16 lhes pode dizer qual é que é o ponto da situação.

17
18 **O senhor José Vitorino Piteira** disse que também não gosta muito de se meter nestas coisas,
19 mas há coisas que às vezes também não compreende, pela sua falta de inteligência, mas se o
20 senhor Presidente da Assembleia não sabe se recebeu tem o Presidente da Câmara ao seu lado
21 pode perguntar se já recebeu, se já enviou ou não, acha que é muito simples em relação a isso, que
22 não estão assim tão longe.

23
24 **O senhor Presidente** esclareceu que compreende a intervenção, têm é dificuldade em acreditar
25 que o senhor Presidente da Câmara entre 7327 documentos que trata, se lembre rigorosamente
26 desses documentos que referiu.

27
28 **O senhor Presidente da Câmara** pediu desculpa, não queria intervir porque, obviamente, se
29 tivesse dados responderia imediatamente, a orientação da Câmara é responder assim que possível
30 aos dados, é o que têm procurado fazer, se houve alguma falha na resposta irão verificar o que é
31 que se passou, porque, sinceramente, naquele momento não sabe o que se passou, naturalmente
32 que irão averiguar para ver se receberam, se responderam, não responderam, o que é que se passou
33 relativamente a aquela matéria, naturalmente, aquilo que fazem é fornecer os dados que lhes são
34 pedidos.

35
36 **O senhor Presidente** questionou se mais algum membro da Assembleia pretendia intervir
37 relativamente a esta Recomendação e, não havendo mais pedidos de intervenção, submeteu à
38 votação a Recomendação intitulada “Direito à informação”.

39 **Deliberação da Recomendação:**

40 **Aprovada por maioria**, com 19 votos a favor (1 do BE, 1 da Coligação Afirmar Évora, 1 do
41 MMPI, 13 do PS e 3 do PSD) e 14 votos contra da CDU, com 33 presenças verificadas.

42 **O senhor Nuno Alas**

43 Declaração de voto

44 *“É da mais elementar justiça votar a favor desta recomendação porque se trata de um direito de
45 oposição e em democracia as instituições democráticas merecem o respeito e o dever de
46 prestação de informação, porque a Assembleia Municipal por enquanto ainda é um órgão
47 fiscalizador, também fiscalizador da ação da Câmara Municipal.”*

48 **O senhor José Maria Figueira**

49 Declaração de voto

50 *“O nosso voto contra tem a ver com o facto de estarmos a recomendar uma coisa que a própria
51 Assembleia já aprovou e que é uma questão puramente administrativa em termos da tradução
52*

1 *para dentro do regulamento do Regimento, por outro, lado há o cumprimento do próprio*
2 *articulado que decorre da aplicação do Regimento, isso o senhor Presidente da Assembleia já*
3 *explicou a situação, tudo o resto que tem a ver com a resposta ou não resposta da Câmara*
4 *Municipal não é o que está na Recomendação e por isso há aqui uma contradição nesta*
5 *Recomendação que não corresponde ao conteúdo que aqui está.”*

6
7 **O senhor Frederico de Carvalho**

8 Declaração de voto

9 *“Naturalmente que é um direito que assiste a todos os elementos da Assembleia de pleno direito e,*
10 *portanto, saber informação correta, atempada e rigorosa naturalmente, e não poderíamos*
11 *inclusivamente votar nunca contra, até porque já por experiência própria exatamente já*
12 *parecemos do mesmo problema, admitimos que a situação no nosso caso em concreto tem vindo a*
13 *melhorar do ponto de vista de comunicação a com uma redução dos tempos de espera mas*
14 *efetivamente há ainda uma preocupação nossa relativamente a estes persistentes atrasos no*
15 *acesso à informação, portanto, acreditamos que não seja de má fé mas obviamente existem*
16 *técnicos pessoas dentro da entidade camarária que devem tratar desta informação que é*
17 *solicitada portanto pede-se ao Executivo Municipal que faça um esforço suplementar para que*
18 *essa informação seja entregue a tempo e horas”*

19
20 **O senhor Presidente** passou à Moção oriunda da bancada do BE e que se intitula “Pela
21 contratação de mais funcionários não docentes” (doc. nº 10), e pediu ao senhor Bruno Martins
22 para apresentar o documento.

23
24 **O senhor Bruno Martins** procedeu à leitura da Moção.

25
26 **O senhor José Vitorino Piteira** informou que fique a Assembleia ciente a partir de hoje cede o
27 tempo que for necessário desde que lhe seja pedido, chegou, já não oferece a mais ninguém.

28
29 **A senhora Maria Nazaré Lança** referiu que obviamente esta é uma preocupação que partilham.
30 mas foram lançados concursos do ano passado para assegurar a substituição de funcionários e
31 também foi uma medida do governo que, a partir deste ano, após 12 dias de baixa as escolas já
32 podem substituir funcionários, portanto pedir uma substituição é muito mais rápida, dos
33 funcionários que estão em baixa prolongada.

34
35 **O senhor Ananias Quintano** disse que, em função do que disse a colega Nazaré, estão dispostos
36 a votar favoravelmente aquela Moção desde que fosse retirado o ponto 3 ponto.

37
38 **O senhor Nuno Alas** informou que se vão abster e que é curioso que na Assembleia se esteja a
39 votar Moções desta natureza quando repudiaram, as forças políticas que ali estão, que aquela fosse
40 uma competência mais da Câmara Municipal e que fosse uma opção clara da Câmara Municipal.
41 portanto, é interessante e, aliás, viram recentemente uma manifestação do PCP à porta de uma
42 escola e perceberam os contornos de tudo aquilo, que primeiro mandam para fora a
43 responsabilidade e depois vêm manifestar-se contra essa mesma decisão, portanto, demitem-se de
44 várias responsabilidades desta matéria e a seguir vêm contestá-las.

45
46 **O senhor Jerónimo José** compreendendo a razão pelo qual o deputado Municipal não retirou essa
47 parte, também compreenderá que eles não poderão acompanhar a Moção, só simplesmente porque,
48 como seu colega Alas também já disse, há coisas com que não se querem solidarizar.

49
50 **O senhor Presidente** informou são 3 questões, a 1ª estão 4 escolas em freguesias rurais a
51 funcionar apenas com funcionários municipais e sem um único funcionário do Ministério da
52 Educação; a 2ª certamente não tem ouvido as notícias que um pouco por todo o país a situação é
53 essa; 3ª isto é fundamental, as competências eram do Governo não eram da Câmara, estavam
54 delegadas na Câmara Municipal.

1 **O senhor João Simas** referiu que só quer sublinhar ali uma coisa, além daquelas competências
2 serem do Governo, muitos dos funcionários nunca estiveram ligados à Câmara, nomeadamente, os
3 funcionários das escolas secundárias, portanto, são mesmo da competência do Ministério da
4 Educação, e há muitos anos, e vive no terreno, que tem havido uma diminuição do número de
5 funcionários, além da média etária ser cada vez maior, com o agravamento dos problemas, e estes
6 concursos são tão demorados que que não se vê quase resultados, outra coisa, são substituídos
7 facilmente, mas há lugares dos funcionários que as pessoas não se formam assim de um dia para o
8 outro, vai alguém substituir por 1 mês, ou 2, ou 3, mas como é que aprender certos procedimentos
9 em laboratórios, bibliotecas, etc, portanto, isto não resolve, estas substituições temporárias não
10 resolvem as coisas.

11
12 **O senhor Presidente** questionou se mais algum membro da Assembleia pretendia intervir
13 relativamente a esta Moção e, não havendo mais pedidos de intervenção, submeteu à votação a à
14 Moção intitulada “Pela contratação de mais funcionários não docentes”.

15
16 **Deliberação da Moção:**

17 **Aprovada por maioria**, com 17 votos a favor (1 do BE, 1 da Coligação Afirmar Évora, 14 da
18 CDU e 1 do MMPI), com 10 votos contra do PS e 6 abstenções (3 do PS e 3 do PSD) e, com 33
19 presenças verificadas.

20
21 **O senhor José Maria Figueira**

22 Declaração de Voto

23 *“A CDU aprovou e votou favoravelmente esta Moção na medida em que, desde há muito, que*
24 *temos vindo a posicionar-nos no sentido de serem resolvidos os problemas de falta de*
25 *funcionários não docentes nos estabelecimentos de ensino no Concelho de Évora, recordar aqui a*
26 *iniciativa desta Assembleia com a audição e todo o trabalho que foi feito subsequentemente em*
27 *resultado dessa audição e da reafirmação das necessidades dos funcionários que existem no*
28 *Concelho de Évora nas escolas do nosso concelho e por isso votámos favoravelmente esta*
29 *Moção.”*

30
31 **O senhor Frederico Carvalho**

32 Declaração de Voto

33 *“Apenas para dizer naturalmente que concordamos integralmente com redação desta Moção, é*
34 *por demais evidente as deficiências, as lacunas, do ponto de vista da satisfação de recursos*
35 *humanos nas escolas da nosso concelho, aliás, do nosso concelho não, da nossa da nossa região,*
36 *do nosso país, e não é só também na educação, é na saúde, na administração interna, na justiça,*
37 *na segurança, em muitas áreas há efetivamente graves problemas de recursos humanos,*
38 *naturalmente, que também não deixo de registar que esta Moção vem de um partido que foi*
39 *parceiro de coligação ou que foi parceiro de governação na antiga legislatura, e estes problemas*
40 *não vêm de agora, há pelo menos 4 anos que houve falar, ou ainda mais, se houve falar de*
41 *deficiências de recursos humanos e manifestos problemas no cumprimento do Estado, e, portanto,*
42 *fica à consideração também que esses mesmos partidos que foram elementos, peço desculpa pela*
43 *expressão, de geringonça no anterior governo também tenham essa honestidade intelectual de*
44 *procurando satisfazer os interesses e as necessidades dos munícipes e dos portugueses, também o*
45 *façam em sede própria, a não ser que todos nós aceitemos que todas as negociações que foram*
46 *feitas foram infrutíferas.”*

47
48 **O senhor Nuno Alas**

49 Declaração de Voto

50 *“Acompanhando as preocupações, contudo, o que nos levou à abstenção foi o facto de*
51 *consideramos que neste passar de responsabilidades entre Administração central e a Autarquia o*
52 *que vamos assistindo é que a escola pública neste momento é tudo menos inclusiva e em vez de*
53 *funcionar como uma forma de elevador social funciona como uma forma de segregação em que*
54 *colocamos os filhos das classes médias nos ensinos privados onde existem assistentes*

1 operacionais e que nas escolas públicas são aqueles que têm menos condições que vão lá parar
2 neste toma lá dá cá ao assistente operacional, leva lá, paga tu, que eu não pago, quando o
3 dinheiro quando é gasto pela Câmara ou pelo Estado é todos os contribuintes.”

4
5 **O senhor João Canha**

6 Declaração de Voto

7 “Apresento uma declaração de voto que tem a ver com o seguinte, dificilmente votaria contra
8 uma moção que nos entra pelos olhos adentro à evidência todos os dias, independentemente de
9 haver, também, outros responsáveis que possam de algum modo não ter assumido em todos os
10 momentos do processo as suas responsabilidades por inteiro neste processo.”

11
12 **O senhor Jerónimo José**

13 Declaração de Voto

14 “Nós votámos apenas por aquilo que eu disse, não sei qual é o equívoco, que nós chamamos
15 solidarizamos com manifestações organizadas, como eu vi, ainda há pouco tempo vi uma ação de
16 campanha organizada à frente de uma escola, e isto dito como está aqui estou-me a solidarizar
17 com uma coisa com a qual eu não concordo, concordo com muito do que aqui está dito, aliás, nós
18 dissemos que votávamos favoravelmente se retirasse aquele ponto, pelos factos que aconteceram,
19 foi noticiado várias dezenas, eu por acaso estive lá e que os jornalistas eram 12, eu tenho
20 dificuldade quando um partido político organiza um tempo de antena e depois vou eu contra,
21 digamos, a escola pública de fato, e depois vou-me solidarizar com essa manifestação, não
22 concordo.”

23
24 **O senhor Presidente** propôs e foi aceite um intervalo para entrarem na Ordem do Dia.

25
26 Retomados os trabalhos, o **senhor Presidente** informou que, a pedido da Câmara Municipal,
27 foram retirados da Ordem do Dia os seguintes pontos 1, 2, 3, 5, 8, 9, 12, 13, 14, 17 e 18, passando,
28 assim, a ser a Ordem do Dia:

29 **I – De acordo com a Lei n.º 76/2013, de 12 de setembro, a CME apresenta para deliberação**
30 **da AME os seguintes pontos:**

- 31 **1. Derrama para 2020;**
32 **2. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2020;**
33 **3 Regulamento da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora/Atualização**
34 **de Valores para o ano de 2020;**
35 **4. Alteração, por Adaptação, do Plano Diretor Municipal de Évora (PDME) por conta da**
36 **publicação da REN;**
37 **5. 2ª Revisão do Orçamento (Despesa e Receita) e Opções do Plano/2019;**
38 **6. 49ª Modificação dos Documentos Provisionais de 2019 (2019/2022);**
39 **7. Proposta de Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigente de Cargo de Direção**
40 **Intermédia de 2º Grau;**
41 **8. DGAL/Alerta Precoce/Taxa de Execução da Receita Prevista no Orçamento inferior a**
42 **85% em dois anos consecutivos - 2017/2018 (para conhecimento);**
43 **9. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como da**
44 **situação financeira do mesmo (para conhecimento).**

45
46 **O senhor Presidente** informou que para tratar o ponto 1, dá a palavra ao **senhor Presidente da**
47 **Câmara.**

48
49 **1. Derrama para 2020**

50
51 **O senhor Presidente da Câmara** informou que, antes de falar diretamente sobre a derrama
52 gostaria de dar uma boa notícia à Assembleia, que depois pode ter tradução nalguns pontos que
53 estão ali a discutir. Receberam o visto do Tribunal de Contas para poder fazer a substituição do



1 PAEL, hoje mesmo seguiram para os bancos a documentação necessária para que o processo do
2 empréstimo possa ser concretizado. Como têm dito, esperam que antes do final do ano o processo
3 esteja concluído, sendo que agora há um processo burocrático que tem a ver com a disponibilidade
4 de dinheiros do Bancos e com o acerto com a DGAL e o Ministério das Finanças relativamente à
5 liquidação do contrato do PAEL. Qual é o impacto que isto pode ter nalguns daqueles pontos,
6 como perceberão, é o seguinte, enquanto o PAEL estiver em vigor continuam com as obrigações
7 que decorrem do PAEL, nomeadamente em relação aos impostos, quando o PAEL for liquidado
8 essas obrigações cessam e, portanto, têm possibilidades de poder tomar algumas decisões que
9 antes não podiam tomar, dessas decisões que podem ser tomadas quando o PAEL for liquidado
10 avultam as questões ligadas aos impostos, IMI, Derrama, IRS, e, portanto, o que quer ali colocar é
11 o seguinte: relativamente à derrama, este ponto ficou porque, de acordo com a Lei, têm a
12 obrigação de tomar a decisão até ao dia 30 de novembro, portanto, não podem tomar essa decisão
13 depois do dia 30 de novembro, tem ser comunicada às Finanças. É para a Câmara de Évora e para
14 a Associação Nacional de Municípios incompreensível que a derrama tenha que ser dada até ao
15 dia 30 de novembro, quando os outros impostos, IMI e IRS, podem ser dados até ao dia 31 de
16 dezembro e, portanto, a Câmara e a Associação Nacional de Municípios estão a diligenciar para
17 que esse prazo seja alargado para dia 31 de dezembro. As consequências são que neste momento
18 têm que votar a derrama nestas condições e se não houver alargamento do prazo ela terá que ficar
19 dessa forma, se houver alargamento do prazo a Câmara comprometeu-se desde já a levar uma
20 nova proposta à Assembleia Municipal, no sentido de reduzir a derrama no sentido que, aliás,
21 abordaram ali já em tempos, relativamente às empresas, às pequenas empresas até 150.000 euros,
22 que é o valor que a Lei determina. Relativamente às outras, conforme tiverem a situação do PAEL,
23 assim tomarão a decisão, portanto, em relação à derrama a situação é esta, e por isso é que este
24 ponto ficou da ordem de trabalhos.

25
26 **O senhor Presidente** informou que está à consideração da Assembleia este ponto.

27
28 **O senhor Nuno Alas** referiu que, como senhor Presidente da Câmara disse, de facto no ano
29 passado o PSD realçou isso, nessa obrigatoriedade que consideram injusta para as pequenas e
30 microempresas, porque elas são maioria das empresas do Concelho, portanto, irão acompanhar a
31 proposta que agora apresenta.

32
33 **O senhor Bruno Martins** informou que nesta questão o Bloco de Esquerda irá abster-se na
34 votação, compreendendo a exposição feita pelo Senhor Presidente da Câmara, mas acha que é
35 altura também de todos assumirem a sua responsabilidade, não só o Executivo, mas também o
36 Partido Socialista. Em abril, responsabilmente o Bloco de Esquerda votou favoravelmente a
37 contratualização do empréstimo para liquidação do PAEL. O Tribunal de Contas, como sabem,
38 mandou para trás esta questão, uma vez que não tinha sido obtida uma maioria de 2 terços, e não
39 foi obtida porque o Partido Socialista se absteve nessa votação, isso deve ficar claro e sublinhado,
40 apesar de fazer parte do acordo que o Partido Socialista celebrou com o Executivo Municipal, a
41 celebração de um empréstimo para liquidação do PAEL. Se em abril essa votação tivesse sido
42 clara e inequívoca, provavelmente já teriam a situação resolvida e estariam a votar, provavelmente,
43 uma taxa reduzida de derrama para as micro e pequenas empresas. Portanto, o Bloco de Esquerda
44 irá abster-se, não por não compreender a exposição que o Executivo apresentou, mas por um
45 repúdio desta Assembleia não ter sido totalmente responsável em abril deste ano.

46
47 **O senhor Adelino Fonseca** disse que sobre aquela matéria querem dizer o seguinte, quando
48 também votaram favoravelmente o saneamento financeiro através de um empréstimo de
49 substituição do PAEL, e quando se abstiveram na apresentação das propostas fizeram-no porque
50 se tratou de um ato de gestão corrente, isso é da responsabilidade exclusiva da Câmara e a
51 Assembleia não tem que se pronunciar, portanto, acha que se houvesse alguma irregularidade ou
52 algo menos bem negociado que as propostas apresentassem, então na competência fiscalizadora a
53 Assembleia Municipal devia se ter pronunciado, como tal não inviabilizaram aquilo que já tinham
54 aprovado ao se absterem, portanto essa indução de responsabilidade ao Partido Socialista rejeitam

1 de todo e é apenas demagogia, não aceitam de forma alguma. Quanto à questão da derrama
2 proposta para o ano corrente, acabaram de saber pelo senhor Presidente que já têm o visto do
3 Tribunal de Contas, portanto têm o visto do Tribunal de Contas neste momento será a execução
4 dos empréstimos em curso e que estão negociados e, portanto, estão a tempo de rever, não estão
5 mais sujeitos a imposições de taxas no seu valor máximo e, portanto, considerando que a atividade
6 económica do Concelho, uma atividade débil, considerando que as empresas atravessam sérias
7 dificuldades, considerando que predominam as pequenas e microempresas, muito particularmente
8 as microempresas, eles não entendem não reunir condições para votar favoravelmente a proposta
9 que é apresentada pela Câmara Municipal, quanto ao valor da derrama proposta.

10
11 **O senhor José Maria Figueira** realçou que, em primeiro lugar, queriam congratular-se com a
12 informação que o senhor Presidente da Câmara acabou de dar, do visto favorável do Tribunal de
13 Contas e de todos os procedimentos que já estão a ser tomados pelo Executivo Municipal,
14 nomeadamente o contato com a banca no sentido de solucionar esta questão do PAEL. Gostavam
15 também, ao mesmo tempo, de reforçar o que o Bloco de Esquerda ali colocou sobre o atraso
16 evidente sobre esta matéria, derivado das votações foram feitas na Assembleia, em particular da
17 votação da bancada do Partido Socialista que inviabilizou que em abril este problema da resolução
18 do PAEL tivesse sido resolvido. Não entendem a posição agora do Partido Socialista, na medida
19 em que aquilo que foi explícito pelo Senhor Presidente da Câmara, e querem ali registar. é de que
20 há uma Lei e essa Lei obriga que até 30 de novembro a Assembleia tenha que deliberar qual é o
21 valor da derrama e há um compromisso do senhor Presidente da Câmara, do Executivo, de que em
22 caso de a solução do PAEL vir a ser resolvido em tempo útil e haja o prolongamento, que é
23 exigido pela Associação Nacional de Municípios e pela Câmara, no sentido de que este prazo da
24 derrama seja alargado tal como é alargado do IRS e também do IMI, há um compromisso da
25 Câmara Municipal, e por isso não percebem, mais uma vez, o posicionamento do Partido
26 Socialista que, no seguimento daquele que foi o posicionamento em abril, no que diz respeito à
27 derrama, sem justificação fundamentada, tem um voto contrário à deliberação sobre esta matéria
28 ou pelo menos ter um voto que não é favorável, e por isso têm que efetivamente responsabilizar
29 quem tem que ser responsável pela sua posição, e por isso irão votar favoravelmente esta proposta,
30 no sentido de que, na verdade, a Câmara tem um compromisso de que em caso de haver o
31 alargamento, tal como as outras a matérias do IMI e do IRS, das exigências, da Associação
32 Nacional de Municípios e da Câmara, no sentido de que não tenha aquele condicionalismo até 30
33 de novembro, há um compromisso da Câmara Municipal de rever esta possível situação do valor
34 da derrama, e, nomeadamente, orientado para as micro e pequenas empresas até 150.000 euros, e
35 por isso irão votar favoravelmente a proposta.

36
37 **O senhor Frederico de Carvalho** informou que, naturalmente, acompanharão a proposta neste
38 ponto, até porque também reconhecem, ao contrário daquilo que viram no passado relativamente à
39 questão da negociação do PAEL, que sempre fizeram um grande finca-pé, disseram sempre que
40 era algo que tinha que ser inequivocamente discutido e alterado, mas obviamente que nesta
41 questão em concreto sabem que não há grandes alternativas por parte deste Executivo e,
42 naturalmente, por esse mesmo motivo, por uma questão de coerência e de verdade, votarão,
43 naturalmente, com o mesmo sentido de voto, mas também com um apelo e que, efetivamente, caso
44 seja possível haver essa prorrogação de prazo para a entrega, que que o Executivo dê um sinal de
45 estímulo ao tecido empresarial, nomeadamente as micro, pequenas e médias empresas,
46 nomeadamente, facultando uma baixa dessa mesma taxa, apelam a que isso possa ser possível,
47 naturalmente, face às circunstâncias que venham a acontecer a breve trecho. Também não podem
48 deixar de registar com uma grande pena a posição do Partido Socialista, não gostam de fazer
49 juízos sobre os outros partidos que estão ali a os acompanharem enquanto oposição, mas
50 realmente custa muito ver aquele tipo de postura que acha que dignifiquem pouco, muito pouco, a
51 performance e aquilo que é a nossa obrigação enquanto oposição que visa, sobretudo ajudar a
52 construir e a dar melhor melhores condições para que os municípios, e obviamente a Câmara
53 Municipal, tenham uma maior capacidade à criação de economia, melhores infraestruturas,
54 melhores condições, e realmente não podem esboçar este tipo de, pede desculpa pela expressão.

1 malabarismos em que votam contra uma coisa e entretanto votam também contra o seu contrário,
2 não faz muito sentido este tipo de posição e lamentam profundamente, estão ali com as suas
3 naturais diferenças mas devem ser coerentes com os seus atos, e efetivamente o que já foi dito,
4 pelo senhor deputado do Bloco de Esquerda e também o senhor deputado da CDU, relativamente à
5 posição que foi considerada em abril último, o que agora ouviram dizer ali não dignifica, volta a
6 dizer, não dignifica a posição do Partido Socialista, o que lamentam.

7
8 **O senhor Jerónimo José** referiu que há a possibilidade de o Executivo Municipal sair do
9 procedimento administrativo do PAEL, não foi este ano a primeira vez que o pode fazer, já podia
10 ter feito, aliás, este é o terceiro empréstimo que este Executivo Municipal faz, é um terceiro
11 procedimento de empréstimo. Eles o ano passado, aquando da viabilização do Orçamento, uma
12 das medidas que disseram foi que a Câmara já tinha à sua disposição vários instrumentos que
13 permitiriam sair do PAEL, porque a Câmara sempre achou que o PAEL era um constrangimento,
14 que é um facto é que até hoje ainda não tinha feito o procedimento. Repudia completamente a
15 responsabilidade de que o PS é contra ou votou contra, o PS não votou contra de nada, eles
16 simplesmente deram os vários procedimentos que existiam, o senhor Presidente da Câmara
17 escolheu aquele que foi o consórcio financeiro porque entendeu mais favorável, é uma opção
18 legítima, e eles pura e simplesmente viabilizaram pela abstenção, nunca, em momento algum,
19 ninguém daquela bancada, inclusivamente a Mesa que tem a responsabilidade, se sabia, para
20 alertar a Assembleia, que não podia ser com uma maioria simples mas seria uma maioria de 50%
21 + 1, em momento algum, não é Presidente da Câmara, não é Mesa da Assembleia nem nenhum
22 dos outros das bancadas parlamentares, ali disse que não contava e todos saíram da Assembleia
23 convictos que o PAEL tinha condições para ser viabilizado. Perante isto também gostava de dizer
24 que o Partido Socialista não tem maioria absoluta na Assembleia, que ele saiba, aliás nenhuma
25 força política tem maioria absoluta, portanto, o Partido Socialista não é o responsável por alguma
26 coisa que seja viabilizada ou não viabilizada, dependendo do que estejam a falar, o que estiveram
27 a falar, porque não têm incoerência, é que quando nós estarmos no senhor Presidente sempre disse
28 que o PAEL que era o estabilizava a gestão da Câmara mas também dava jeito receber as taxas
29 máximas, o que é certo é que até hoje ainda não tinham, souberam agora, pelos vistos já estão
30 reunidas as condições para sair, mas isso não pode ser imputável ao Partido Socialista, porque
31 quem tinha poderes para decidir sobre isso, o tempo de sair, era o Executivo e propor à
32 Assembleia, cada vez que veio à Assembleia não foram contra em momento algum, aliás, de uma
33 forma responsável, contrariamente ao que aconteceu cada vez que o Partido Socialista esteve na
34 governação da Câmara, nunca viu o Partido Comunista viabilizar os orçamentos, eles viabilizaram
35 os orçamentos até agora, portanto não é com exceção do ano passado porque o ano passado a
36 Câmara também teve orçamento, por isso percebe, mas quando acusam de demagogia, quer dizer,
37 podem utilizar os argumentos que entenderem mas também houve ali situações que foram
38 viabilizadas, que também têm alguma dificuldade em perceber, por parte de outros partidos,
39 nomeadamente a questão das competências das escolas que foram devolvidas, e hoje acha que é
40 tudo normal, que não há responsabilização também, por parte daquilo que acha que é o
41 entendimento que o Município deve ter, no sentido de valorizar os seus municípios através da
42 educação ou de ser uma atratividade para o território ter uma boa escola pública. Não vê essa
43 preocupação, portanto, em termos de algumas incoerências também acha que estão conversados.

44
45 **O senhor Bruno Martins** pediu a palavra apenas para dizer que, como membro da Mesa, refutou
46 liminarmente a ideia de que qualquer membro da Mesa tenha que ter mais conhecimento da Lei do
47 que qualquer outro membro da Assembleia Municipal e rejeitou ainda mais que se atire para a
48 Mesa a responsabilidade da livre decisão que uma bancada tomou e as consequências que essa
49 decisão levou e, portanto, só para dizer que refutou liminarmente a ideia de que a Mesa tem que
50 ter mais conhecimento da Lei de qualquer membro da Assembleia Municipal. O Partido Socialista
51 votou de forma livre e essa votação trouxe algumas consequências e julga que em política, em
52 democracia, todos devem estar à altura de assumir as consequências e responsabilidades dos seus
53 atos.

1 **O senhor Presidente** salientou que, na qualidade de Presidente da Mesa, de facto a Assembleia
2 votou livremente e não poderia ser de outra maneira, não poderia a Mesa condicionar o voto dos
3 membros da Assembleia.

4
5 **O senhor João Simas** pretendeu apenas reforçar uma ideia que é “ninguém pode invocar o
6 desconhecimento da Lei”, é uma prática já há muito tempo instituída na Justiça, no Estado de
7 Direito, portanto, não sabe porque é que já apareceu várias vezes aquela coisa de não saber da Lei,
8 porque qualquer um que é eleito tem responsabilidades e deve saber o que é que faz.

9
10 **O senhor Jerónimo José** pediu a palavra só para dizer que não acusou a Mesa de coisa nenhuma.
11 disse que ninguém naquela sala tinha essa consciência, pelo menos se a tinha não o demonstrou.
12 foi o que disse, e também não quis aproveitar o desconhecimento da Lei, o que disse é que em
13 momento algum houve alguma, como agora houve, por exemplo, o senhor Presidente da Câmara,
14 disse que estas taxas tinham que ser aprovadas até ao final deste mês, e há uma informação e isso
15 não condiciona coisa nenhuma, nessa votação o que refutam é serem os responsáveis por uma
16 coisa que a responsabilidade não é exclusiva do Partido Socialista.

17
18 **O senhor Bruno Martins** sugeriu se calhar aproveitarem já que têm sedes na mesma rua, o
19 Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, quando quiserem dar um salto ao Bloco de Esquerda nas
20 suas reuniões de preparação serão bem-vindos, uma vez que chegaram facilmente à conclusão que
21 a derrama, por exemplo, teria que ser votado hoje e que o IMI poderá ser votado até 30 de
22 dezembro, portanto é apenas ler a legislação que até não é de difícil consulta.

23
24 **O senhor Adelino Fonseca** agradeceu de facto a boa colaboração do Bloco de Esquerda para os
25 ensinar a preparar as reuniões da Assembleia Municipal, fica registada, provavelmente aparecerão
26 para aprender alguma coisa eles, mas só para dizer o seguinte, se o Bloco de Esquerda tem esse
27 potencial de lhes assinar alguma coisa, eles têm a liberdade de expressar a sua opinião, está
28 consagrada na Constituição e expressam o seu voto com o direito e a liberdade que a democracia
29 lhes faculta e, portanto, não aceitam e estão conversados.

30
31 **O senhor Presidente da Câmara** disse que já não o deixa de espantar a posição do Partido
32 Socialista, mas é bom recordar que o Partido Socialista aprovou o PAEL, que foi um contrato que
33 quando o assinou em 2013 era por 20 anos, e estabelecia as taxas máximas de impostos e a
34 otimização de preços de tarifas e outros serviços durante 20 anos. O Partido Socialista foi
35 responsável por assinar esse contrato entre o Município e o Estado Português e aquilo que vêm
36 agora ali dizer é. “nós assinamos, nós concordamos com isso”, mas agora não estão de acordo e
37 vão virar o bico ao prego, os outros que assumam as suas responsabilidades e, portanto, esta
38 responsabilidade é do PS, sabe que dá jeito ir lá para fora dizer “nós até propusemos uma taxa
39 mais baixa”, o que é facto é que de acordo com a Lei não é possível fazer isso e não só não é
40 possível, como Partido Socialista sabe perfeitamente, que se por ventura este Município, Câmara e
41 Assembleia Municipal, não votasse a taxa máxima isso significaria que todos ficariam com o
42 mandato em causa, porque a não aprovação daquele contrato dá perda de mandato, como é sabido,
43 e o Partido Socialista sabe bem, e, portanto, essa posição é uma posição não apenas irresponsável,
44 como ele diria, absolutamente incompreensível. Foi dito ali, e responsabilidade da sua parte, e
45 comprometeram-se desde a primeira hora, não foi de agora, foi desde a primeira hora, que quando
46 saíssem do PAEL seriam os primeiros a tomar a iniciativa de propor a redução de impostos e é
47 isso que farão e foi a responsabilidade que ali tomaram. Infelizmente a lei determina que a
48 informação tem que ser dada até ao dia 30 de novembro e a decisão tem que ser tomada até 30 de
49 novembro e, portanto, é absolutamente inaceitável esta posição do Partido Socialista e é, julga,
50 pouco ponderada relativamente às responsabilidades diretas do Partido Socialista tem, e também
51 não é verdade que já tenham saído do PAEL, isso já foi conversado ali anteriormente, já foi
52 demonstrado que não era possível fazê-lo e, portanto, escusam de vir com argumentos que já
53 foram demonstrados que não colhem para tentar justificar o injustificável e, portanto, não pode
54 aceitar de maneira nenhuma aquela posição porque é uma posição, de facto, pode ser e servir para

1 publicamente fazer alguma propaganda, mas não tem qualquer coerência sequer relativamente ao
2 que está hoje ali em discussão.

3

4 **O senhor Jerónimo José** disse que o senhor Presidente até pode ter razão que foi o Partido
5 Socialista que assinou contrato do PAEL mas não pode descontextualizar da conjuntura que estava
6 na altura, naquele momento não havia outra forma de financiamento que não fosse o PAEL, e hoje
7 em dia já também foi feito o Fundo de Equilíbrio Financeiro, que também tem regras
8 condicionantes, menos mas também as têm, que foi feita por pelo atual Executivo e nunca vi o
9 senhor Presidente, aí queixa-se da legislação, mas já não se queixa porque decidiu aceitar, e eles
10 também se quisessem queixar-se da legislação que no momento também estava em vigor e as
11 condições que na altura tinham, foi o que levou precisamente a ter que o subscrever, agora, claro
12 que também percebe o argumento, não se podia fazer, houve muitas câmaras que saíram
13 precisamente na altura em que o senhor Presidente pediu o primeiro a financiamento através do
14 Fundo de Equilíbrio Financeiro, portanto há vários mecanismos que o senhor está a dizer que eles
15 utiliza conforme lhes interessa, quer dizer, também lhe parece também o argumento também pode
16 servir para os dois.

17

18 **O senhor José Maria Figueira** achou que a Assembleia merece alguma dignidade, é que na
19 altura em que o PAEL foi instituído havia sempre possibilidade dos municípios desenvolverem
20 planos de saneamento financeiro. e são opções, e o Partido Socialista no governo desta Câmara
21 optou pelo PAEL e não pelo plano de saneamento financeiro que lhe dava autonomia, e esta é que
22 é a questão, a questão é essa, e por isso haveriam condições para viabilizar essa situação, agora
23 isso são opções. Também sabem que em vários momentos o Executivo Municipal pretendeu sair
24 do PAEL e sabem dos constrangimentos foram impostos para não haver essa saída, impostos pelo
25 próprio sistema do PAEL incluindo foram ali dadas informações pelo Senhor Presidente da
26 Câmara que a Entidade que gere o PAEL não estava em condições, nem tinha enquadramento
27 legal para poder negociar a renúncia do PAEL e negociar com a Câmara aquela situação, por isso
28 estar a escamotear estas informações, é estarem a passar um atestado de minoridade aos membros
29 desta Assembleia, como se não tivesse ali sido dado nenhum esclarecimento ao longo deste tempo
30 sobre estas questões, quer dizer, tanto quanto sabe pelo menos enquanto esteve na Assembleia
31 foram dadas várias informações sobre os impedimentos que havia sobre a saída, por parte do
32 Município, Executivo e Assembleia, quem decide essas questões do PAEL, e por isso estão aqui a
33 escamotear a realidade é no fundo tentar tapar o sol com a peneira.

34

35 **O senhor Nuno Alas** referiu que julga, naturalmente, que são órgãos independentes da bancada
36 do PS na Assembleia municipal e dos Vereadores no Executivo, parece-lhe que estão todos de
37 acordo com a taxa que ali está, a discussão que ali se levantou tem a ver com a intervenção do
38 senhor deputado Bruno Martins que disse que se aquilo tivesse sido aprovada a tempo, se o PS não
39 tivesse votado daquela forma na primeira vez, porventura já estavam agora em condições de
40 aprovar, mas também não é líquido que lhes garanta que se tivessem obtido maioria qualificada da
41 primeira votação que o Tribunal de Contas se tivesse pronunciado a tempo de poder acontecer,
42 não, já viu de tudo, portanto, acha que é uma questão estão a discutir coisas que, naquela momento,
43 não fazem sentido. A proposta da Câmara relativamente à derrama é aquela e vão votá-la, o que
44 aconteceu, e cada partido ali, naturalmente, só se mete na política quem sabe a acartar com as suas
45 responsabilidades, e todos eles ali têm essa consciência, e o senhor Presidente refere, há ali
46 responsabilidades civis e há as responsabilidades de perdas de mandatos nas tomadas de posição.
47 Naturalmente, aquela foi uma opção, naquela altura, do Partido Socialista e não é líquido se
48 tivesse aprovado no início que esta situação já estaria resolvida.

49

50 **A senhora Clara Grácio** lembrou uma frase de Pablo Neruda que dizia “você é livre de todas
51 suas escolhas mas é escravo das suas consequências” e, portanto, o que aconteceu é que tomaram
52 as decisões que tomaram, são livres de as tomar, arcam com as consequências das decisões, é isso
53 que é democracia e, portanto, a seriedade e a democracia é isso que ali está, tomaram as decisões
54 agora arcam com as consequências e não vão estar a tentar esconder o sol com a peneira, é isso

1 que ali está, eles tiveram as suas razões, claro que tiveram, agora politicamente assumam as suas
2 concessões.

3
4 **O senhor Presidente da Câmara** disse que relativamente a uma referência que foi ali feita, só
5 pretendeu lembrar o seguinte, quando avançaram para o Plano de Saneamento Financeiro, o Fundo
6 de Apoio Municipal tinha 2 opções, tinha uma opção semelhante ao PAEL, que era o Fundo de
7 Apoio Municipal, e tinha uma outra opção que era o Plano de Saneamento Financeiro, e não
8 optaram pelo primeiro, optaram pela segunda, e conseguiram, apesar de na altura ser muito difícil
9 conseguirem os empréstimos bancários, isso foi aqui exposto e colocado em termos da Assembleia
10 Municipal e, portanto, essa opção foi uma opção que não os pôs sob as grilhetas que o PAEL os
11 colocou e por isso é que, agora ao sair do PAEL, têm a possibilidade de com o Planeamento
12 Financeiro baixar impostos. e esse é um dado fundamental.

13
14 **O senhor Presidente** verificando que não se registaram mais pedidos de palavra, vão então
15 submeter a votação a proposta da Derrama para 2020.

16
17 **A Assembleia Municipal aprovou por maioria**, com 19 votos a favor (14 da CDU, 3 do PSD, 1
18 da Coligação Afirmar Évora e 1 do MMPI), e 1 abstenção do BE e 13 votos contra do PS, com 33
19 membros presentes.

20
21 **O senhor Bruno Martins**

22 Declaração de Voto

23 *“Desejo que minha primeira declaração sobre este ponto fosse encarada como Declaração de*
24 *Voto”*

25
26 **O senhor Presidente** informou que vão passar ao segundo ponto e deu a palavra ao **senhor**
27 **Presidente da Câmara.**

28 29 **2. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2020**

30
31 **O senhor Presidente da Câmara** informou que de há uns anos a esta parte esta taxa deve ser
32 suportada pelos operadores e foi nesse sentido que apresentaram a proposta, que tem sido
33 aprovada. Consta-lhes, contudo, que alguns operadores ainda não estarão a cumprir essa obrigação
34 legal, mas isso é algo que os ultrapassa, e, portanto, sendo suportada pelos operadores estão de
35 acordo que deva ser paga ao Município.

36
37 **O senhor Bruno Martins** referiu, pois, que é verdade porque várias pessoas também lhe
38 perguntam, calcula que também a muitos deles, sobre aquela questão, porque de facto algumas
39 operadoras, nomeadamente locais, continuam a fazer repercutir na fatura a taxa municipal de
40 direitos de passagem. Perguntou se a Câmara não estaria disponível para fazer uma informação
41 aos municípios sobre o que está na Lei, de uma forma clara, e como é que as pessoas devem ir às
42 empresas reclamar, ou seja, prestar uma informação porque as pessoas olham para aquilo, que é
43 uma taxa municipal, e acham que que é a Câmara que está a cobrar, portanto, achou que seria
44 interessante poder haver uma divulgação sobre aquela matéria.

45
46 **O senhor Presidente da Câmara** concordou com a proposta e que o podem fazer, mas não
47 confundindo aquela taxa com a TOS, que é uma coisa diferente.

48
49 **O senhor Presidente** verificando que não se registaram mais pedidos de palavra, vão então
50 submeter a votação a proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

51
52 **A Assembleia Municipal aprovou por maioria**, com 20 votos a favor (14 da CDU, 1 do BE, 3
53 do PSD, 1 da Coligação Afirmar Évora e 1 do MMPI) e 13 abstenções do PS, com 33 membros
54 presentes.

1 **O senhor Presidente** informou que vão passar ao terceiro ponto e deu a palavra ao **senhor**
2 **Presidente da Câmara.**

3
4 **3. Regulamento da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora/Atualização**
5 **de Valores para o ano de 2020**

6
7 **O senhor Presidente da Câmara** sublinhou que, como o próprio regulamento indica, a
8 atualização é feita com base na taxa de inflação e é o que estão a cumprir.

9
10 **O senhor Adelino Fonseca** pediu um esclarecimento, no exercício anterior, na aprovação do
11 Orçamento e na primeira submissão À Assembleia Municipal, o orçamento não foi e por
12 consequência foram retirados um conjunto de pontos da ordem de trabalhos, incluindo o
13 regulamento tabela de taxas e tarifas, estão a ter um procedimento diferente este ano considerando
14 que não submeteram à votação nem à apreciação as Opções do Plano e Orçamento, uma dúvida.

15
16 **O senhor Presidente** perguntou aos membros da Assembleia se mais alguém queria apresentar
17 dúvidas, para que o senhor Presidente da Câmara depois possa numa só intervenção responder.
18 Verificando não haver mãos pedidos de intervenção deu a palavra ao **senhor Presidente da**
19 **Câmara.**

20
21 **O senhor Presidente da Câmara** esclareceu que não, que aquilo é um valor que,
22 independentemente do Orçamento, será sempre igual uma vez que o próprio regulamento prevê a
23 atualização com base na taxa de inflação, e, portanto, não há necessidade de ter o orçamento
24 aprovado, seria diferente se propusessem, por exemplo, aumentos ou outro tipo de situações,
25 mantendo-se a taxa de inflação estão a respeitar o regulamento.

26
27 **O senhor Adelino Fonseca** referiu que compreendeu a explicação mas não consegue vislumbrar o
28 mesmo critério em relação ao ano passado, porque também era a taxa de inflação e foi retirado, se
29 no ano passado houve afetação este ano as circunstâncias são as mesmas há afetação à mesma, não
30 está a dizer que tem que ser tirado, está só a tentar esclarecer-se quanto à dualidade de critérios
31 que lhe parece existir, se estiver enganado faz favor de o esclarecer.

32
33 **O senhor Presidente da Câmara** disse que não se recorda como é que foi o ano passado, mas
34 como disse, admite isso, mas é neutro relativamente ao Orçamento uma vez que estão a falar
35 apenas de um valor fixo e, portanto, sendo neutro não tem outras consequências.

36
37 **O senhor Presidente** verificando que não se registaram mais pedidos de palavra, vão então
38 submeter a votação a proposta de Regulamento da Tabela de Taxas e Outras Receitas do
39 Município de Évora/Atualização de Valores para o ano de 2020.

40
41 **A Assembleia Municipal aprovou por maioria**, com 17 votos a favor (14 da CDU, 1 do BE, 1
42 da Coligação Afirmar Évora e 1 do MMPI) e 16 abstenções (13 do PS e 3 do PSD), com 33
43 membros presentes.

44
45 **O senhor Presidente** informou que vão passar ao quarto ponto e deu a palavra ao **senhor**
46 **Presidente da Câmara.**

47
48 **4. Alteração, por Adaptação, do Plano Diretor Municipal de Évora (PDME) por conta da**
49 **publicação da REN**

50
51 **O senhor Presidente da Câmara** revelou que há algum tempo detetaram, surpreendidos, que o
52 Plano Diretor Municipal de Évora tinha sido aprovado sem ter a Reserva Ecológica Nacional
53 aprovada, uma coisa absolutamente surpreendente, não aconteceu em nenhum outro ponto do País,
54 aliás os PDM eram recusados quando não incluíam a REN, no caso do PDM de Évora foi

1 aprovado sem incluir a REN, absolutamente incompreensível. Trataram resolver o problema,
2 delimitarem a REN e, naquele momento já é possível incluir a REN, como é de obrigação legal,
3 no PDM, e é isso que estão ali a propor, depois de terem percorrido todos os procedimentos legais
4 que estão terminados.

5
6 **O senhor Nuno Alas** questionou se naquela definição que receberam se houve conflito do uso
7 indevido, uma vez que só foi reconhecida como Reserva Ecológica Nacional à posteriori, se existe
8 alguma situação.

9
10 **O senhor Presidente da Câmara** esclareceu que essas situações todas estão resolvidas exceto
11 aquelas que eram clandestinas e que eram irresolúveis, como por exemplo, construções em cima
12 de linhas de água ou situações daquele tipo, mas essas estão determinadas pela legislação, mas são
13 situações que nunca seriam possíveis de legalizar e, portanto, tirando essas situações que os
14 próprios, admito ele, conheceriam, todas as outras foram resolvidas.

15
16 **O senhor Presidente** verificando que não se registaram mais pedidos de palavra, vão então
17 submeter a votação a proposta de Alteração, por Adaptação, do Plano Diretor Municipal de Évora
18 (PDME) por conta da publicação da REN.

19
20 **A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade**, com 33 membros presentes.

21
22 **O senhor Presidente** informou que vão passar ao quinto ponto e deu a palavra ao **senhor**
23 **Presidente da Câmara**.

24 25 **5. 2ª Revisão do Orçamento (Despesa e Receita) e Opções do Plano/2019**

26
27 **O senhor Presidente da Câmara** recordou terem falado ali sobre a questão do IMT e de terem
28 sido obrigados a devolver, durante este ano, mais de 2.000.000 de euros, por causa de um erro na
29 legislação produzida na Assembleia da República, e se houver necessidade volta a explicar, mas
30 julga que todos se lembram. Tinham que encontrar uma solução legal para o registo contabilístico
31 daquela situação e pediram uma informação à DGAL, porque era um problema que não era apenas
32 do Município de Évora, era um problema geral de todos os Municípios que têm fundos
33 imobiliários, não lhes foi apontada uma solução única, foi-lhes dito que cada um procurasse
34 resolver da sua maneira, e, portanto, naturalmente aquilo que procuraram encontrar foi uma
35 solução para fazer sair os 2.000.000 de euros de IMT que, de facto, lhes foram logo retidos, mas
36 que têm de registar nas contas do Município.

37
38 **O senhor Adelino Fonseca** pediu um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara, que
39 afirmou que tiveram de devolver 2.000.000 de euros por causa da questão do IMT, se se relaciona
40 com os fundos, julga que era um fundo da Sonae, fundos imobiliários em geral, julga que havia
41 vários, mas a questão é a seguinte, o senhor Presidente não devolveu, tanto quanto sabe, o senhor
42 Presidente deixou de receber, devolver é emitir um cheque, é receber o dinheiro, emitir um cheque
43 e pagar, assim deixou de receber portanto há é um desvio nas receitas, portanto é só isso, julga que
44 é isso, mas o senhor tinha estimado um determinado valor para receber e foi-lhe retido esse valor,
45 portanto teve menos receita, não terá sido isso.

46
47 **O senhor Presidente da Câmara** esclareceu que em termos práticos a Autoridade Tributária
48 reteve a verba, em termos formais a receita entrou na Câmara, como receita do Município, e saiu
49 como despesa de devolução de imposto, é isso que estão ali a fazer com aquela Revisão
50 Orçamental.

51
52 **O senhor Nuno Alas** referiu que aquilo é claramente um movimento financeiro a que a Câmara
53 está obrigada, parece no futebol e está habituado porque é adepto de um clube que estão sempre à
54 espera que no ano seguinte as coisas corram bem, e na Câmara parece o mesmo senhor Presidente,

1 ou são as faturas que aparecem ou são decisões de tribunais ou são aquelas leis dúbias, que depois
2 acabam por dar razão, lamentam que aconteça até porque tem implicações depois no Orçamento,
3 como bem refere.

4
5 **O senhor Presidente** verificando que não se registaram mais pedidos de palavra, vão então
6 submeter a votação a proposta de 2ª Revisão do Orçamento (Despesa e Receita) e Opções do
7 Plano/2019.

8
9 **A Assembleia Municipal aprovou por maioria**, com 20 votos a favor (14 da CDU, 1 do BE, 1
10 da Coligação Afirmar Évora, 1 do MMPI e 3 do PSD) e 13 abstenções do PS, com 33 membros
11 presentes.

12
13 **O senhor Presidente** informou haver um ponto de ordem à mesa e deu a palavra ao senhor Bruno
14 Martins.

15
16 **O senhor Bruno Martins** informou a Assembleia que foi confirmar na reunião do ano passado,
17 onde foi rejeitado o Orçamento, foi votado o regulamento de taxas nessa mesma reunião. Para
18 ficar esclarecido e ficar em Ata aquele facto.

19
20 **O senhor Presidente** informou que vão passar ao sexto ponto e deu a palavra ao **senhor**
21 **Presidente da Câmara**.

22 23 **6. 49ª Modificação dos Documentos Provisionais de 2019 (2019/2022)**

24
25 **O senhor Presidente da Câmara** esclareceu que aquela modificação tem a ver, essencialmente,
26 com o Plano Plurianual de Investimento e com a extensão da obra do Salão Central que, como é
27 sabido, o processo teve um desfasamento no tempo até obterem o visto do Tribunal de Contas e
28 previam ter começado a obra mais cedo e, portanto, o PPI e previa também que a obra acabasse
29 mais cedo, indo começar agora no início do próximo ano vão prolongá-la e, portanto, o PPI tem
30 que refletir esse prolongamento, é fundamentalmente isso que estão ali a propor.

31
32 **O senhor Presidente** verificando que não se registaram pedidos de palavra, vão então submeter a
33 votação a proposta da 49ª Modificação dos Documentos Provisionais de 2019 (2019/2022).

34
35 **A Assembleia Municipal aprovou por maioria**, com 20 votos a favor (14 da CDU, 1 do BE, 1
36 da Coligação Afirmar Évora, 1 do MMPI e 3 do PSD) e 13 abstenções do PS, com 33 membros
37 presentes.

38
39 **O senhor Presidente** informou que vão passar ao sétimo ponto e deu a palavra ao **senhor**
40 **Presidente da Câmara**

41 42 **7. Proposta de Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigente de Cargo de Direção** 43 **Intermédia de 2º Grau**

44
45 **O senhor Presidente da Câmara** realçou que, como sabem, têm estado a aplicar a reestruturação
46 de serviço, aquele é o único serviço, a única divisão para a qual não nomearam um chefe de
47 divisão e entenderam que em vez de haver uma nomeação deveria haver de imediato a abertura de
48 um concurso para fazer aquele recrutamento. Nos outros casos naturalmente também vão haver
49 concursos, mas têm 90 dias para abrir o concurso, viram nas próximas reuniões da Assembleia
50 Municipal todos aqueles processos, mas queriam agilizar aquele exatamente por essa razão e, por
51 isso, é que propõem ali o Júri.

52

1 **O senhor Presidente** verificando que não se registaram mais pedidos de palavra, vão então
2 submeter a votação a Proposta de Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigente de Cargo
3 de Direção Intermédia de 2º Grau.

4
5 **A Assembleia Municipal aprovou por maioria**, com 20 votos a favor (14 da CDU, 1 do BE, 1
6 da Coligação Afirmar Évora, 1 do MMPI e 3 do PSD) e 13 abstenções do PS, com 33 membros
7 presentes.

8
9 **O senhor Presidente** informou que vão passar ao oitavo ponto e deu a palavra ao **senhor**
10 **Presidente da Câmara**.

11
12 **8 - DGAL/Alerta Precoce/Taxa de Execução da Receita Prevista no Orçamento inferior a 85%**
13 **em dois anos consecutivos - 2017/2018 (para conhecimento).**

14
15 **O senhor Presidente da Câmara** salientou que aquela é uma situação recorrente, já foi explicada
16 ali várias vezes, vai apenas dar uma explicação sucinta, se houver depois necessidade de
17 aprofundar está à vontade. No POCAL têm 2 medidas que são contraditórias, por um lado obriga a
18 execução acima dos 85%, mas por outro lado obriga a que seja cabimentada toda a dívida que o
19 Município tem, mesmo que não possam pagar no ano em causa, significa que cabimentando a
20 dívida dificilmente se consegue cumprir os 85% e quanto maior a dívida maior a dificuldade de
21 cumprir os 85%. Como é sabido, têm vindo a reduzir os orçamentos no sentido de os aproximarem
22 da realidade, naquele momento já estão muito próximos da realidade, e, portanto, têm feito sentir à
23 DGAL sempre que não é possível cumprir aquelas 2 normas do POCAL, e que para cumprirem
24 uma não é possível cumprirem outra, e que, na sua opinião, a que tem mais força é exatamente
25 aquela que deve registar a dívida, é o que tem acontecido desde há anos a esta parte e mais uma
26 vez ali estão apenas para dar conhecimento daquela situação. Esperam que a breve trecho venham,
27 também naquela situação, a cumprir aquele limite.

28
29 **O senhor Presidente** informou que aquele ponto não vai ser submetido a deliberação e perguntou
30 aos membros da Assembleia se querem intervir.

31
32 **O senhor João Canha** confessou, antes de mais, a sua ignorância na nesta área específica mas, a
33 explicação que o senhor Presidente da Câmara acabou de dar, incide fundamentalmente sobre a
34 questão da dívida e do registo da dívida e da sua contrariedade, mas aquilo que percebeu do alerta
35 é que a DGAL está a chamar a atenção que a Câmara tem sido manifestamente incapaz de recolher
36 toda a receita que se propunha recolher, e questionou em que áreas de receita é que de um
37 momento para o outro essa incapacidade de ter sido mais evidente.

38
39 **O senhor Nuno Alas** referiu que ele não diria que são incompatíveis as 2 coisas, uma é um
40 reflexo da outra, quando baixa dos 85% é um reflexo disso mesmo e é o resultado essencialmente
41 da conversão de dívidas de curto prazo em empréstimos pagos a médio e longo prazo, é
42 importante inscreverem as amortizações e os juros de ano a ano, naturalmente, que aquela redução
43 vem baixando, tem a ver com tudo aquilo, mas ainda assim têm de reconhecer que é um bom sinal
44 aquela progressão e não era de um dia para outro que se resolvia tudo.

45
46 **O senhor Bruno Martins** disse que em primeiro lugar deu como nota positiva a evolução que tem
47 sido feita nos últimos anos e deixou uma pergunta, se o Executivo tem naquela altura uma noção,
48 ainda que previsível, de qual será a taxa de execução de 2019 que podem esperar, em relação à
49 pergunta que foi feita calculou que a rubrica que desequilibra seja as outras receitas correntes, tal
50 como ele, que é onde se procura equilibrar o Orçamento tendo em conta a despesa, mas gostaria
51 que o senhor Presidente da Câmara confirmasse.

52
53 **O senhor Presidente da Câmara** esclareceu que quando tem ali falado em todos os Orçamentos,
54 são o Orçamento real e o Orçamento virtual, ou seja, quando são obrigados a cabimentar a dívida

1 que sabem que não vão pagar significa que estão a aumentar a despesa, sabendo que não há receita
2 para a despesa, como obrigatoriamente a despesa tem que ser igual à receita, têm que empolar a
3 receita e onde empolam a receita nos outros das receitas correntes, ou seja, é receita que sabem
4 que não vão receber, fazem apenas o acerto por essa via, e por isso é que se fala na diferença entre
5 o Orçamento real e Orçamento virtual na receita e, portanto, é exatamente nessa rubrica que
6 acontece isso, como aliás bem salientou o doutor Bruno Martins e o doutor Nuno Alas. Gostariam
7 que já neste ano pudessem atingir aquele limite, não é garantido porque, como sabem, houve
8 algumas alterações, nomeadamente, relativamente às questões do IMT, mas de qualquer maneira a
9 sua previsão, em termos do Plano de Saneamento Financeiro, é que atingissem, salvo erro em
10 2021 ou 2022, mas estão a ver se conseguem antecipar também este indicador.

11
12 **O senhor Frederico Carvalho** referiu que a propósito da questão das receitas e até porque há
13 relativamente pouco tempo foi-lhes enviado, a pedido deles naturalmente, alguma informação
14 sobre as rubricas específicas das receitas e comparando-as até 2013 a 2019 e a propósito desta
15 questão que que acabaram de abordar, tem uma dúvida relativamente a uma das rubricas que diz
16 rendas, que é facto é que, obviamente, o ano não terminou, portanto, salvo erro, os dados são até
17 ao terceiro trimestre deste do presente ano, vai 837.000 euros de receitas, sendo que em 2018 as
18 receitas nesta rubrica foram 3.000.000 euros, a que é que se deve esta disparidade e há ali alguns
19 valores, inclusivamente também relativamente a transferências correntes há também um valor
20 relativamente substantivo em comparação com anos transatos, no seguimento daquilo que foi
21 referido atrás.

22
23 **O senhor Presidente da Câmara** confessou que assim no imediato não consegue responder, teria
24 que ir ver rubrica a rubrica qual é a situação, terá muito gosto em fazê-lo e dar essa informação,
25 mas neste momento confesso que não disponho dos elementos necessários para lhe poder dar essa
26 informação tão específica sobre esta matéria mas, naturalmente, terá todo o gosto de,
27 proximamente, fazer chegar essa informação.

28
29 **O senhor Presidente** verificando que não se registaram mais pedidos de palavra, informou que
30 vão passar ao nono ponto e deu a palavra ao **senhor Presidente da Câmara**.

31
32 **9 - Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como da**
33 **situação financeira do mesmo (para conhecimento).**

34
35 **O senhor Presidente da Câmara** referiu que foi distribuída a habitual informação à Assembleia,
36 mas que gostaria de deixar alguns destaques que lhe parecem importantes, no período de tempo
37 que decorreu entre as 2 Assembleias.

38 Assinalou os 20 anos do Festival de Arte Jovem, que trouxe um conjunto de jovens de vários
39 países do mundo até Évora, através de uma associação de Évora que o têm feito de forma notável,
40 completaram-se 20 anos em que tiveram aqui um conjunto muito significativo de jovens
41 extraordinariamente talentosos, que fazem aquelas pinturas e aquelas gravuras, que são conhecidas,
42 Assinalou a saída dos Cartuxos de Évora, que naturalmente acompanharam, o edifício e
43 envolvente é propriedade da Fundação Eugénio de Almeida e pelas informações que foram
44 prestadas pelo Senhor Arcebispo, há já uma nova ocupação para aquelas instalações, por parte de
45 Freiras de uma ordem brasileira.

46 Informou que em relação ao Flexipasse da CP e a redução tarifária na área ferroviária, houve uma
47 reunião com a CP, onde participou, também o senhor Presidente da Câmara de Vendas Novas e
48 alguns elementos da CIMAC, e saíram dessa reunião convencidos de que a situação estava
49 resolvida, porque a CP os informou que tinha uma solução e que, de imediato, lhes faria chegar
50 essa documentação, infelizmente, algumas semanas depois fez chegar um ofício completamente ao
51 contrário, dizendo que não é possível haver essa redução tarifária.

52 Assinalou a instalação da sede da Federação dos Centros UNESCO em Évora, que é uma
53 Federação Nacional que é importante.

1 Assinalou os 100 anos do Grupo Pró Évora, com uma sessão solene na Igreja do Salvador, que é o
2 primeiro grupo de defesa do Património em Portugal e que está situado em Évora e com uma
3 atividade assinalável.

4 No âmbito do 33º aniversário da classificação de Évora como Património da Humanidade,
5 assinalou a Meia Maratona, no passado domingo, com a 6000 participantes nas várias provas, e
6 também todas as outras comemorações dos 33 anos da classificação de Évora como Património da
7 Humanidade.

8 Uma vez mais assinalaram o Dia Mundial em Memória das vítimas da estrada, iniciativa que
9 habitualmente é da Associação GARE, e que este ano contou com a participação de um conjunto
10 de entidades nacionais, a que naturalmente se associaram, mas a sessão teve de ser na Câmara
11 porque o tempo não estava agradável para ser na Praça do Giraldo.

12 Para finalizar, informou têm uma boa notícia, depois de terem seguido encontrar a solução para o
13 Cromeleque dos Almendres, chegaram a um Acordo para a recuperação da Anta Grande do
14 Zambujeiro, foi assinado um Protocolo entre a Câmara, a Direção Geral de Cultura e as
15 proprietárias, que vai permitir fazer uma candidatura que possa permitir recuperar a Anta do
16 Zambujeiro é uma grande preocupação, está em risco de poder ruir, e, portanto, precisa de uma
17 intervenção que estimam poder chegar aos 300.000 euros, portanto, esta notícia é ali dada em
18 primeira mão, mas julga que é de grande importância para a defesa do Património, em particular
19 deste Património que é notável para o Concelho e para o Alentejo.

20
21 **O senhor José Maria Figueira** pretendeu deixar ali uma nota de regozijo, de saudação e de
22 congratulação ao Executivo Municipal pela cerimónia do 33º aniversário da elevação do Centro
23 Histórico a Património da Humanidade, participou, a convite do Executivo Municipal, nas
24 cerimónias no dia 25 e disse que se congratula com a dignidade, não só das iniciativas foram
25 realizadas, mas também com espetáculo de alta qualidade foi apresentado com os artistas da nossa
26 Cidade e da nossa Região, o Duarte e os Cantares de Évora, e por isso quer deixar aquela nota de
27 registo e congratular-se com a forma como foi assinalado este Aniversário. Outra questão, não
28 sabe se o senhor Presidente poderá dizer alguma coisa, na última Assembleia Municipal fez uma
29 proposta para que a Câmara identificasse ao longo da adesão do Município aos sistemas
30 multimunicipais de água e saneamento, qual é que foi a fatura total desde essa entrada até aos dias
31 de hoje, e quais é que foram os investimentos realizados pela empresa ou pelas sucessivas
32 empresas, a empresa é a mesma já teve foi várias denominações, de investimentos claros ao nível
33 dos sistemas de água e dos sistemas de saneamento, não sabe se há já alguma informação, se esse
34 trabalho está a ser feito ou não, mas era importante neste momento também saberem esses dados
35 para terem uma noção do impacto da adesão aquele sistema.

36
37 **O senhor Frederico de Carvalho** pediu a palavra para, antes de mais, agradecer pelas
38 informações, pelas novidades que lhes traz e, naturalmente, saudar que em boa hora têm notícias
39 aprazíveis sobre a questão da Anta Grande do Zambujeiro, esperam que seja recuperada o quanto
40 antes e valorizada devidamente. Têm algumas questões que gostariam de colocar e solicitar
41 esclarecimentos. Não sabe se o senhor Presidente está recordado, fizeram, salvo erro, 2 vezes
42 pedido de informação sobre um imóvel sito no Largo Machede Velho, no seu entender esse
43 imóvel, e não foram só eles, alguns munícipes também os questionaram, também os abordaram
44 sobre essa questão, ultrapassa a volumetria que deveria ter, até porque causa impacto sobre a vista
45 da cidade, portanto, ultrapassa até o próprio coroamento da muralha, pediram informação sobre
46 essa questão porque acham que, ao abrigo daquilo que entendem da leitura que fazem do PUE,
47 não estavam a ser cumpridos os pressupostos do mesmo, foi-lhes dada uma resposta, que passa a
48 citar, não tem problema nenhum em partilhar com todos os colegas, porque acha que é do
49 interesse Público, sobre esse pedido esclarecimentos é-lhes dito por escrito a resposta, assim passa
50 a citar: "o licenciamento efetuou-se para cumprir o prazo legal sem que o parecer da Direção
51 Regional de Cultura tivesse sido emitido, já fora do prazo foi recebido parecer desfavorável da
52 Direção Regional de Cultura do Alentejo, os critérios técnicos tiveram em conta a volumetria
53 existente em 1951 e o enquadramento urbanístico existente naquela zona", quer reafirmar que, no
54 seu entender, a quem compete a fiscalização e o cumprimento do PUE não é a Direção Regional

1 de Cultura, é ao Executivo, e, no seu entender, o Executivo não fez cumprir as diretrizes que estão
2 definidas e, portanto, no seu entender não há outra alternativa, que exigir a reposição da legalidade
3 ao promotor daquele edifício, aquele imóvel. Vão aguardar que a Câmara o faça, o que a Câmara
4 que lhes diga alguma novidade se, por ventura, tiverem, no seguimento de alguma informação,
5 que possa corroborar a situação vigente, ficam satisfeitos e nada farão, se entenderem que não está
6 posta a legalidade, ou que não está a ser cumprida a legalidade, naturalmente, farão chegar às vias
7 indicadas. Relativamente à questão da reestruturação de serviços, se o senhor Presidente já poderia
8 dar mais alguma informação, entendem que essa mesma reestruturação de serviços está a ser
9 executada, que novidades lhes poderia dar relativamente a essa questão. E também que novidades
10 lhes poderia da sobre, peço desculpa pela expressão, a famigerada situação da escola de S.
11 Mamede, gostariam de saber se há novidades e boas novidades, que não há certamente tempo a
12 esperar para os funcionários, para toda a comunidade que vive e trabalha naquele espaço.

13 Recomendam também, se possível, que haja maior celeridade e maior frequência das reuniões da
14 Comissão Municipal de Economia e Turismo, que há muito tempo que estão para se fazer e acham
15 que é de salutar interesse que elas se mantenham com a dinâmica exigida. Perguntam, também, o
16 que é que está a ser pensado para a substituição do espaço do Teatro da Garcia de Resende, se há
17 alguma alternativa ou não há, porque sabem que o Teatro irá entrar em obras e gostariam de saber
18 que alternativas estão pensadas, e, também, para reforço dessa questão, saberem o que é que está
19 pensado para a Arena d'Évora, pelo mesmo âmbito.

20
21 **A senhora Ângela Caeiro** referiu que, em setembro, o PSD apresentou ali uma Recomendação
22 sobre a limpeza da Cidade, intitulada “Évora um Conselho de mata a céu aberto”, que foi
23 considerado um nome ofensivo por parte da CDU mas era a realidade, felizmente foram
24 contratados mais funcionários neste âmbito e esperem que isso se traduza para uma Cidade mais
25 limpa a longo prazo. Questionou o senhor Presidente da Câmara qual é o Balanço que o Executivo
26 faz do Évora Urban Village, tanto a nível da participação de jovens como a nível de receita
27 económica.

28
29 **O senhor Jerónimo José** questionou o senhor Presidente que, no decurso de uma reunião, tinha
30 dito que tinha dado entrada nos serviços municipais o projeto relativamente às Águas de Vale do
31 Tejo, da intervenção, se já havia algum desenvolvimento mais, alguma programação prevista, que
32 pudesse dar-lhes essa informação, e algumas dúvidas que também tem, por acaso, embora a Ata
33 seja de dezembro de 2018, hoje é oportuno, porque o fez lembrar, não que se tivesse esquecido,
34 mas assim está na página 20, no último parágrafo, relativamente à questão dos Protocolos que na
35 altura foram aprovados, e que, relativamente a um dos pontos, tinha a ver com o pagamento da
36 limpeza higiene urbana nas zonas urbanas, exceto nos Canaviais, e que diz, e leu, “o senhor
37 Presidente respondeu que se mantinha ao documento integralmente com o compromisso político
38 que não iria ser aplicado à referida situação até haver uma clarificação por parte da Câmara”, a ata
39 é de dezembro de 2018, estão em dezembro de 2019, não sabe se já houve algum avanço a este
40 nível, em que ponto é que estão ao nível da tentativa de qualificação.

41
42 **O senhor Bruno Martins** referiu que aquela informação vem-lhes dizer, na página 39, que o
43 prazo médio de pagamento voltou a subir no terceiro trimestre de 2019, justificando com as
44 questões, naturalmente, do reembolso do IMT, a sua questão é se até ao final do ano este prazo se
45 prevê manter-se, ainda subir mais ou se considera diminuir este prazo médio de pagamento.

46
47 **A senhora Maria da Nazaré Lança** disse que tem a ver com as obras à volta da Escola Galopim
48 de Carvalho, no Bacelo, porque o ano letivo já se iniciou há 2 meses, as pedras do passeio estão
49 ocupar lugares de estacionamento, tem um buraco toda a volta e neste momento com a chuva
50 aquilo tem água, são dezenas de crianças que frequentam aquela escola todos os dias, não há a
51 mínima proteção entre a parte da suposta ecopista que estará construída e a parte de pedras que
52 foram retiradas, o estacionamento para os deficientes não pode ser utilizado porque está ocupado
53 com pedras do passeio, não há uma única segurança para que não haja uma criança a cair ali, ainda
54 não aconteceu, mas muito provavelmente irá acontecer, teve a esperança, enfim, foi o início do

1 ano letivo, que as coisas tivessem planeadas para que nesta altura já a obra tivesse resposta e as
2 condições de segurança para as crianças, logo à saída da porta das escolas, estivessem garantidas.

3
4 **O senhor Presidente da Câmara** começou por dizer que, relativamente ao imóvel do Largo
5 Machede Velho, consideraram que foi cumprida a Lei, de facto a responsabilidade é da Câmara,
6 os serviços da Câmara entenderam, como foi dito, que tendo em conta aquilo que se passava em
7 1951 que respeitavam a situação, portanto, é essa informação do serviço técnico do Município e da
8 sua parte consideram que foi cumprida a Legislação, se por ventura houver necessidade de mais
9 informação sobre este processo, naturalmente, estarão disponíveis para dar

10 Em relação à reestruturação dos serviços, está já a ser implementada e em andamento, para além
11 daquilo que é mais visível que é a nomeação dos dirigentes, estão a ser naturalmente adaptados os
12 serviços às novas funções, e está a ser implementado aquilo que estava previsto, em toda a sua
13 extensão, portanto, naturalmente a serviços mais adiantados, a serviços mais atrasados, mas está a
14 ser implementado em toda a sua extensão.

15 Relativamente à Escola de S. Mamede, já está resolvido o problema do pátio inferior, a Junta de
16 Freguesia terminou a obra e, portanto, parte inferior ficou já resolvida há semanas, a questão da
17 obra do pátio superior vai avançar, tiveram, como é sabido, de alterar o projeto, para se adequar à
18 questão a questão arqueológica, já têm p Parecer favorável da Direção Geral de Cultura e têm que
19 já está aberto um novo concurso para a Escola de S. Mamede, a do pátio médio que tinha a ver
20 com as questões da Universidade também estão resolvidas, não ainda definitivamente, mas já
21 estão também.

22 Quanto às reuniões da Comissão Municipal de Economia e Turismo, têm tido alguns problemas,
23 têm procurado convocar as reuniões e têm tido dificuldades de quórum da Reunião e, portanto,
24 vão fazer insistência para garantir o quórum porque, por várias vezes, têm reuniões marcadas e
25 desmarcadas depois de fazerem a consulta aos vários elementos, têm tido problemas com o
26 quórum, portanto, registam essa preocupação, é também uma preocupação deles, querem avançar,
27 mas têm tido esse problema.

28 Em relação à substituição do Teatro Garcia de Resende, estão neste momento a procurar
29 alternativas, a ideia é que se pudessem encontrar alternativas que não fossem apenas transitórias,
30 ou seja, não apenas para gastar o dinheiro em algo que depois se perdesse, mas que, por ventura,
31 para o futuro pudesse também continuar a ser utilizado. Têm várias situações em mão, ainda esta
32 semana vão visitar mais um local e, portanto, é algo que estão a tratar com a preocupação de que
33 não é possível substituir o Teatro, é insubstituível, mas têm que, naturalmente, criar um espaço
34 para garantir as atividades do Teatro.

35 Quanto à questão da limpeza, fazem um balanço positivo com a situação que, entretanto,
36 conseguiram resolver, mas estão a preparar um investimento, é uma prioridade, aliás, para o
37 próximo ano esta situação a vários níveis, e, enfim, a situação já melhorou, já entrou também mais
38 pessoal, não apenas mais pessoal, mas também outro tipo de intervenção, vai ainda entrar mais
39 pessoal na área da higiene e limpeza porque precisam ainda mais pessoal e, portanto, esperam não
40 voltar a ter os problemas que tiveram.

41 Em relação ao Urban Village está a ser feito o balanço, consideram que foram atingidos os
42 objetivos fundamentais, tiveram um problema com o tempo que não permitiu que a atratividade
43 fosse aquela que esperavam, mas estão a fazer uma avaliação também do ponto de vista de cada
44 uma das atividades que teve para poderem depois avaliar se é de continuar, se não é, qual há de ser
45 a situação.

46 Relativamente ao projeto das Águas do Vale do Tejo, já responderam ao projeto, propondo
47 algumas alterações que lhes pareciam adequadas e convenientes, e o um projeto não previa a
48 questão das águas, ao contrário daquilo que tinha sido combinado, e, portanto, aquela é uma das
49 questões que está também em discussão, mas já deram a resposta às Águas do Vale do Tejo,
50 portanto, não de haver reuniões de acerto relativamente a esta situação.

51 Quanto às questões com Juntas de Freguesia, mantem-se a situação, a ideia era integrar no bolo
52 global de resultados, enfim, não apenas de uma área, mas de todas as áreas, naturalmente, dentro
53 daquele critério que falaram, de encontrar soluções quantificadas para cada uma das áreas.

1 No que diz respeito à subida do prazo médio de pagamento, de facto subiu porque tiveram, como,
2 aliás, disse ali numa reunião, problemas de tesouraria, vão continuar a ter até a questão da
3 substituição do PAEL, que poderá permitir-lhes a resolver uma parte dos problemas, uma vez que
4 temos uma prestação do PAIEL a ser paga agora, que se puder ser já paga com substituição,
5 naturalmente lhes permitirá fazer aquilo. Não sabe se conseguirão baixar até ao nível que já
6 tinham atingido, mas vão baixar, certamente, o prazo médio de pagamento.
7 Quanto às obras à volta da Escola do Bacelo, solicitou ao Senhor Vereador que pudesse dar uma
8 informação.

9
10 **O senhor Vereador Alexandre Varela** informou que, a obra começou e avançou a um ritmo
11 considerável, dentro daquilo que estava planeado. Entretanto, ocorreu um problema relativamente
12 à subempreitada que estava contratada para fornecimento de energia elétrica, houve um contato
13 com a EDP Distribuição no sentido de obviar esse problema, uma vez que o empreiteiro que está a
14 fazer o caminho não pôde avançar sem essa intervenção da EDP e, portanto, vai haver uma
15 reunião técnica entre os serviços da Câmara e os serviços da EDP, no sentido de desbloquear a
16 situação, que se arrasta há algum tempo, e já tinha sido interpelada várias vezes. A situação é
17 desconfortável, estão a acompanhar e pensam resolver a situação rapidamente.

18
19 **O Senhor Jerónimo José** pediu desculpa, mas relativamente à resposta, não sabe se percebeu
20 bem a articulação dos protocolos, adequação, não percebeu sinceramente, já agora fez também a
21 pergunta se esses valores que o Senhor Presidente disse que não iria aplicar, não estão a ser pagos.
22 É que numa ata numa Assembleia de Freguesia, a Senhora Presidente disse que sim, confrontada
23 com as questões do processo, por isso é que está a perguntar como é que está, se já arranjou,
24 porque se surpreendeu que se já houvesse critérios. É que pelo menos se não há transferências, a
25 Senhora Presidente da União de Freguesias do Bacelo e Senhora da Saúde, na reunião de
26 Freguesia questionada em sede de Assembleia de Freguesia e pode ler: “A Senhora Presidente
27 esclareceu que não sendo uma competência direta da Junta, nos Acordos de Execução com a
28 Câmara Municipal, estão atribuídas responsabilidades nessa área, m alguns locais específicos e é
29 feita a transferência correspondente da verba. Acrescentou ainda que em anos anteriores, a Junta
30 contratou pessoal em regime de prestação de serviços para limpar outros locais da Freguesia e a
31 Câmara Municipal transferiu verbas para que estas possibilidades, que está prevista nos Acordos
32 de Execução. Nos anos anteriores nos Acordos de Execução, porque os acordos normalmente têm
33 que que ir à Assembleia, não estava contemplado a limpeza e higiene urbana. Neste está, mas o
34 Senhor Presidente comprometeu-se politicamente a não executar, agora ficou na dúvida
35 confrontado com isso. É que parece que não, estão a falar de critérios diferentes, de tratamento
36 diferente, de freguesias para outras freguesias.

37
38 **O Senhor Frederico Carvalho** referiu que são só mais umas pequenas questões, mas antes de
39 mais também respondendo à questão do imóvel do Largo Machede Velho, o que é facto é que
40 entendem que a percepção deles, a observação deles, não será certamente casuística, até porque,
41 para além daquilo que fizeram relativamente à leitura e à observância do PUE, também existe,
42 parece, até porque foi transcrito, e chegou até eles, um parecer negativo e desfavorável da própria
43 Direção Regional de Cultura, mas adiante. Uma questão aqui não tem nada a ver com a outra,
44 porque quem tem que fazer cumprir o PUE é a Autarquia, mas há inclusivamente, mesmo que
45 tenha sido a posteriori, um parecer que obviamente induz a qualquer circunstância que não está de
46 acordo com aquilo que eles entendem, seja do impacto visual, ou seja de legalidade, seja o que
47 quer que seja e o que acham que isso não está propriamente clarificado. Depois há aqui uma
48 questão, gostariam também de questionar sobre, têm a percepção que aquilo já tinha sido discutido,
49 têm a impressão que pela colega Ângela, sobre a questão de umas aves na zona do Chafariz d'El
50 Rei, portanto, garça comum, conhecida como carraceiros, algumas pessoas queixaram-se de um
51 cheiro pestilento, de penas, do barulho, obviamente, qualquer município pode apresentar qualquer
52 queixa junto do Ministério Público, mas entendem que o Executivo Municipal também poderia
53 averiguar a situação, porque também, mais que ninguém, poderá agir em conformidade com esta
54 situação. Uma última questão, perguntou que balanço faz do ponto de vista da utilização do espaço

1 e do ponto de vista de custos financeiros ou na relação custos e receitas do espaço Municipal
2 Arena d'Évora.

3
4 **O senhor Presidente da Câmara** esclareceu que, relativamente à questão colocada pelo Senhor
5 Figueira, os pagamentos foram fáceis de apurar, vão em 100.000.000 de euros e quanto aos
6 investimentos, de facto, ainda não conseguiram apurá-los, porque ainda não têm a informação
7 completa, mas assim que a tiverem fornecerão.

8 Relativamente ao parecer da Direção Regional, eles têm um prazo para responder, para que a
9 Câmara possa cumprir a lei também, porque a Câmara tem de cumprir prazos, e se não emitirem o
10 parecer dentro desse prazo, a Câmara tem que aplicar o procedimento tácito. Admite, contudo, que
11 naturalmente haja aqui questões, mas o que pode dizer relativamente a esta matéria é repetir que,
12 de acordo com aquilo que são os pareceres do serviço, foi cumprida e a Câmara fez cumprir aquilo
13 que está no Plano de Urbanização. Podem haver diferenças relativamente a estas matérias, mas
14 com a Direção-Geral de Cultura, naturalmente, têm diferenças em muitos projetos, em muitas
15 situações, o que é normal.

16 Em relação à Arena d'Évora, responde só com aquela verba teriam construído uma infraestrutura
17 que agora serviria ao Município de maneira diferente, que a Arena não serve de maneira nenhuma.
18 Em relação às garças, informar que vai passar apar o Senhor Vereador.

19
20 **O Senhor Vereador Eduardo Luciano** informou que receberam as queixas, através da Divisão
21 de Fiscalização, dos proprietários das 2 quintas e que foram avisados de que precisavam de
22 autorização do Instituto de Conservação da Natureza para poderem intervir, em que altura do ano,
23 quando e em que termos é que podiam intervir, esse trabalho foi feito por uma das quintas que
24 procedeu à limpeza devidamente autorizada pelo Instituto de Conservação da Natureza, a outra
25 quinta, neste momento o proprietário foi intimado, a última mensagem que receberam, na semana
26 passada, dizia que nos próximos fins de semana já tinha contratado a empresa e que iria proceder a
27 limpeza do terreno. A questão aqui que se coloca é que os proprietários antes de agirem têm que
28 obter a necessária autorização do Instituto de Conservação da Natureza, porque as aves são
29 espécie protegida, e, portanto, não é possível tirar aos ninhos, como se costuma dizer.

30 31 SEGUNDA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

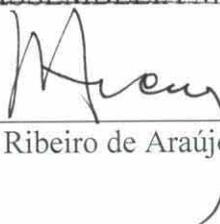
32 Não se verificou nenhuma intervenção

33 34 APROVAÇÃO EM MINUTA

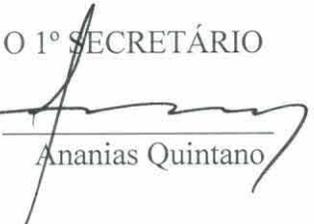
35
36 O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 desta
37 Ordem do Dia, nos termos do n.º3 do art.º 57-º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

38
39 Não existindo mais assuntos para tratar, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu por
40 encerrada a sessão pelas duas horas e vinte cinco minutos do dia seguinte, da qual e para constar
41 se elaborou esta ata, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

42
43
44 O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

45
46
47
48
49
50
51
52
53
54

55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000

51 O 1º SECRETÁRIO

52
53
54

Ananias Quintano

A 2ª SECRETÁRIA


Nazaré Lança